



# Anais da Assembléia

N.º 59

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 31 DE MAIO DE 1979.

ANO V

**1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA**  
**ATA DA 56.ª SESSÃO ORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 31 DE MAIO DE 1979**  
**QUINTA-FEIRA**

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Domício Scaramella e José Domingos Scarpelini.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cherigate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarez, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE

### REQUERIMENTOS:

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça consignar na ata dos trabalhos da presente sessão, um profundo voto de pesar pelo falecimento do Professor Zaqueu de Mello, ocorrido na Cidade de Londrina.

O extinto foi o fundador do Instituto Filadélfia de Londrina, tendo sido Vereador naquele município e Deputado Estadual.

Grande foi a sua contribuição nos setores educacional, político e social na capital do café.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) DÁCIO LEONEL

Apoioamento: - Basílio Zanusso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor LISYMACO FRANCO FERREIRA DA COSTA, ocorrido ontem, nesta Capital.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência à

família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) RENATO BUENO.

Apoioamento: - Erondy Silvério e Basílio Zanusso.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos, um voto de profundo pesar pelo passamento do ex-Senador Dr. RUBENS DE MELLO BRAGA, fato ocorrido ontem, em nossa Capital.

RUBENS DE MELLO BRAGA, foi atuante político em nosso Estado; eleito Deputado Federal em 1946, destacou-se na Câmara Federal, onde participou das Comissões da Agricultura e Economia.

Posteriormente, no ano de 1950, reelegeu-se Deputado Federal e em seguida se licenciou para atender a solicitação do Governador de então, ocupando o cargo de Secretário do Governo e posteriormente os cargos de Secretário da Agricultura e Secretário do Interior e Justiça.

Delegado do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, 1959-1962.

Eleito Suplente de Senador, assumiu a cadeira senatorial em 18 de junho de 1963, em decorrência da licença do seu titular, Dr. Amaury de Oliveira e Silva, nomeado Ministro do Trabalho.

Como Senador, teve uma atuação brilhante no Congresso Nacional, fazendo parte ativa de várias comissões permanentes.

Ainda no correr do ano de 1963, representou o Senado Federal na instalação do Banco do Brasil em Santiago do Chile e em 1964 fez parte da Delegação do Brasil à Reunião Interparlamentar à Conferência Internacional do Trabalho em Lucerna, Suíça, de 1964 a 1968.

Como Delegado do Ministério das Relações Exteriores, participou da Delegação à Conferência dos Municípios dos Países Hispano-Luso-Americanos reunidos em Nova Orleans, Estados Unidos, em 1968.

Recebeu condecorações dos governos argentino, chileno e boliviano.

MELLO BRAGA, foi constituinte de 1946, na qualidade de Deputado Federal.

Deixa, assim, o notável político RUBENS DE MELLO BRAGA, uma larga folha de serviços prestados ao Paraná.

Nada mais justo, portanto, que se preste esta singela e reconhecida homenagem póstuma àquele brilhante político, requerendo-se que da decisão desta Casa de Leis, seja oficiada à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor DORIVAL PERON, ocorrido no dia 30 do corrente, na Cidade de Paranavá.

Tal passamento vem de consternar a sociedade de Paranavá, tendo em vista o seu trabalho profícuo de pioneiro, no desenvolvimento daquele município.

Requer, outrossim, que do pronunciamento desta Casa, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) WILSON FORTES.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a inserção em ata dos trabalhos da Casa, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Senhora LUIZA GASPARI, ocorrido na Cidade de União da Vitória.

Dona Luiza Gaspari, faleceu aos cem anos de idade, deixou cinco filhos, vários netos, bisnetos e tataranetos; entre seus filhos o saudoso João Nito Gaspari, ex-vereador, Presidente da Câmara dos Vereadores e Prefeito de Porto União, o Sr. Ivanové Gaspari, Tabelião aposentado de União da Vitória, bem como seu neto o Dr. José Leônidas Gaspari, atual 1.º Tabelião de União da Vitória.

Outrossim, aprovado este requerimento, dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada por intermédio do Sr. Ivanové Gaspari, à Rua Cruz Machado n.º 10, em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata dos trabalhos do presente expediente, um voto de congratulações ao estudante ALDO MEDEIROS, extensivo aos demais membros eleitos, pela sua eleição à Presidência do Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica do Paraná, realizada no dia 29 passado.

O Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica do Paraná, é o órgão máximo de representatividade dos interesses dos discentes daquela Universidade, conduzindo com impar responsabilidade o relacionamento dos diversos Diretórios filiados e a Direção da Universidade.

Outrossim, solicito seja dado ciência do presente ao Senhor ALDO MEDEIROS.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) TÉRCIO ALBUQUERQUE.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja inserido na ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações e aplauso ao DR. DOUGLAS HAQUIM, titular da Delegacia de Costumes, pelo seu trabalho à frente dessa especializada, pondo fim ao vergonhoso "trottoir" de homossexuais, nas imediações do Colégio Estadual do Paraná, e que vinha causando sérios transtornos e aborrecimentos aos moradores daquele bairro, bem como aos alunos e professores do citado colégio.

O problema vinha se arrastando há vários anos e a representação por parte das autoridades competentes não era suficiente.

Hoje, através de um excelente esquema idealizado pelo Dr. Douglas Haquim, temos a satisfação de verificar que o drama que tanto perturbava os moradores do Alto da Glória deixou de existir.

Requer, outrossim, uma vez aprovado o presente, seja dado ciência da decisão da Casa ao nominado.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) NELSON BUFFARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, desejando assinalar a satisfação por que passa a família paranaense, REQUER seja consignado voto de regozijo a ser endereçado aos Senhores JOÃO BATISTA DE FIGUEIREDO e MÁRIO DAVID ANDREAZZA, respectivamente, Presidente da República e Ministro do Interior, bem como aos Senhores SAUL RAIZ e LUBOMIR ANTÔNIO FICINSKI, ex-Prefeito de Curitiba e ex-Presidente do Instituto de Planejamento e Pesquisa de Curitiba, pelas indicações destes dois para comporem o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) JOÃO ELÍSIO.

#### JUSTIFICATIVA:

O fortalecimento dos municípios de porte médio e os de pequeno porte como forma de impedir o fluxo migratório para os grandes centros é medida imperativa para elevar a qualidade de vida do homem brasileiro.

Saul Raiz, homem praticamente inextinguível em dinamismo, ao lado de um amplo conhecimento dos problemas que afetam as nossas comunidades, adquiridos nos vários postos governamentais, principalmente na Prefeitura de Curitiba e como integrante dos municípios que compõem a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, num total de quatorze.

Não poderíamos deixar de fazer um registro do quanto nos agrada ver mais um dos expoentes da família paranaense a ser alçado num posto de real destaque no cenário nacional.

A medida soe ser das mais justas.

Outro que está a merecer a distinção é o ex-Presidente do Instituto do Planejamento e Pesquisas de Curitiba, Lubomir Antônio Ficinski, onde emprestou o melhor dos seus conhecimentos e teve a oportunidade de familiarizar-se com os municípios vizinhos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, atendidas as formalidades legais, REQUER seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, bem como ao Excelentíssimo Senhor Secretário da Justiça, e ao INCRA, - Coordenadoria Regional, solicitando a imediata interveniência no gravíssimo caso possessório que envolve mais de oitenta famílias, ameaçadas de despejo, localizadas na chamada Fazenda Santa Madalena (ex-Fazenda Maluf) no Município de Wenceslau Braz, correspondendo aproximadamente seiscentas pessoas ameaçadas pelo referido despejo.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) NELTON FRIEDRICH

#### JUSTIFICATIVA:

A Pastoral da Terra acaba de receber mais uma denúncia gravíssima, que também foi detalhada por agricultores envolvidos no caso possessório, envolvendo mais de oitenta famílias.

Trata-se de medida judicial tomada há alguns meses (Notificação Judicial), para desocupação de áreas, num total de aproximadamente duzentos alqueires, onde estão fixadas oitenta e três famílias, em torno de seiscentas pessoas, cujo prazo final para desocupação se dará no próximo dia 2 de junho.

A área em referência está localizada na Fazenda Madalena (antiga Fazenda Maluf), que possui um total de mil e oitocentos alqueires, no Município de Wenceslau Braz, sendo que todas as famílias lá fixadas desfrutam da posse mansa e pacífica há muitos anos, existindo posseiros com 45 anos dando função social às áreas respectivas.

Ainda ontem, foi nos dado testemunho do agricultor Sr. MAURI RIBEIRO, há 25 anos desenvolvendo culturas (feijão, arroz, milho), numa área de cinco alqueires, que foi notificado para desocupar a terra, até dia 2 de junho.

Tal agricultor, possui família, três filhos, sendo que nunca foi molestado em sua posse, "trabalhando sem problemas, não havendo interferência de quem quer que fosse".

Resta, portanto, que as autoridades nominadas intercedam urgentemente, para que seja evitada a possível medida de despejo, que virá ao término da notificação judicial em referência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Edson Machado, DD. Secretário da Educação e da Cultura apelando no sentido de que seja determinado, com a máxima brevidade, a construção de um poço artesiano para atender as necessidades de abastecimento de água no Colégio Agrícola Estadual "Getúlio Vargas", da Cidade de Palmeira, que está passando por sérias dificuldades, até para sanar problemas de higiene.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) LINEU TURRA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, se envie ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor do DETRAN, solicitando o imediato afastamento do Sr. "Valfrido Takarski", chefe da CIRETRAN de Campo Mourão, motivado pelas irregularidades constatadas na emissão de carteiras "frias" ou com vícios de origem.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) DARCY DEITOS.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas legislativas, REQUER seja expedido ofício ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal da Justiça do Estado do Paraná, solicitando seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da organização e divisão judiciária, com a conseqüente criação dos distritos judiciários de Entre Rios, Iguiporã, Novo Três Passos, São Roque e Novo Horizonte, no Município e Comarca de Marechal Cândido Rondon.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER

#### JUSTIFICATIVA:

Os distritos em tela foram criados "distritos administrativos" por Lei Estadual n.º 6.924, de 02 de setembro de 1977, estando assim atendidas condição para a pretendida criação de "distritos judiciários" dos mesmos (§ 2.º, do art. 110 da Constituição do Estado).

A criação, e posterior instalação, de distrito judiciário, implica no conseqüente provimento de:

- serventia de foro extra-judicial (tabelião de registro e de notas);
- justiça de paz temporária;
- sub-delegacia de polícia.

É sobejamente sabido da melhoria que representa para a população interiorana contar com os serviços à sua disposição quando da existência de distrito judiciário.

Trata-se de mais um exemplo eloqüente das vantagens de ser colocada em prática a descentralização administrativa, para que o povo possa resolver vários de seus problemas sem maiores deslocamentos, contribuindo, de outra forma, também para a fixação do homem no meio rural, imprescindível nos dias atuais.

Como compete ao Tribunal de Justiça propor ao Poder Legislativo a alteração nesse sentido (art. 144, § 1.º, alínea "e" e § 5.º, do mesmo artigo da Constituição Federal), é apresentada a presente proposição.

É bem verdade que pela Constituição Federal (art. 206 e §§) e Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar n.º 35, de 14.03.79), está vedada a nomeação, prevista pela Emenda Constitucional n.º 7, de 13.04.77, dos funcionários das então serventias oficializadas - tabeliões - enquanto não forem fixados pelos Estados ou respectivos vencimentos.

Porém, acredita-se não haver nenhum imperativo, à criação de "distritos judiciários", que em assim ocorrendo, primeiramente seriam nomeados os juizes de paz e sub-delegados, sem remuneração de espécie alguma, para, numa fase posterior, já com cargos criados, vir a ser preenchidos os postos de escrivão ou tabelião.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja encaminhado ofício ao Diretor Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um CANAL DE TELEX na Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. (COPACOL), com sede em Cafelândia, Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

#### JUSTIFICATIVA:

Com sua sede no Distrito de Cafelândia, a Cooperativa Agrícola Consolata Ltda. (COPACOL), congrega os agricultores e ela filiados, de vários municípios, através de entrepostos e unidades armazenadoras de Formosa d'Oeste, Nova Aurora, Corbélia, Assis Chateaubriand e Cafelândia (Cascavel), sendo agregada à COTRIGUAÇU, considerado o maior complexo cooperativista do Paraná.

A instalação desse Canal de Telex está relacionada com a importância de seu desenvolvimento administrativo, pois aquela Cooperativa necessita de um sistema de comunicação mais eficiente.

Expressando a urgência dessa instalação, reivindicamos a pronta atenção, para o que ora solicitamos.

#### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Mesa, após ouvido o Plenário, solicitação ao Senhor Secretário dos Transportes no sentido de providenciar a construção de uma ponte, na corredeira de Porto de MAROLO, ligando os Municípios de GRANDES RIOS a JARDIM ALEGRE, informando ainda que a referida construção será beneficiada com uma ilhota ali existente, o que facilitará a execução da mesma.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI.

#### REQUERIMENTO.

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a esta Casa, depois de ouvido o Plenário, se digne em solicitar ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, informações a respeito de quais os municípios sedes de comarca, que não contem com delegados de Polícia de carreira, nos termos da Constituição Estadual.

Requer, outrossim, que do presente pedido seja dado ciência à Associação dos Delegados de Polícia de Carreira do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

**JUSTIFICATIVA:**

O Paraná conta, atualmente, com duzentos e noventa municípios, dos quais menos de cinquenta por cento são sedes de comarcas.

Segundo consta, muitas dessas comarcas não contam com delegados de carreira em suas delegacias.

Tendo em vista, que a própria Constituição Estadual prevê, que nas sedes de comarcas as delegacias, devam ser preenchidas ou ocupadas por delegados de carreira e não sabendo ao certo, quais as cidades que contam ou não com essa figura é que este Parlamentar entendeu em formular o presente pedido para posicionamentos futuros em benefício da própria classe.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ao Diretor Presidente da COPEL, solicitação no sentido de proceder a eletrificação no Distrito de São Izidoro e Barra Bonita, no Município de Catanduvas - Pr.

Tal solicitação visa atender aos reclamos daquela laboriosa população.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

**COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS:**

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 49/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**R E S O L V E:**

Art. 1.º — Fica a Comissão de Tomada de Contas autorizada a devolver à origem os processos submetidos à sua consideração e que independam de deliberação do Poder Legislativo, após seu exame e aprovação.

Parágrafo único — A Secretaria da Comissão de Tomada de Contas, encaminhará mediante protocolo aos interessados os processos aprovados e manterá, devidamente arquivados até o término da Legislatura, os pareceres, juntamente, com as respectivas atas das quais constem as suas aprovações.

Art. 2.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 31 de maio de 1979.

(a) FRANCISCO ESCORSIN.

Apoiamento: LINEU TURRA, DAVID FEDERMANN, AGUI-  
NALDO PEREIRA LIMA, EGON PUDELL, AN-  
TÔNIO FACCI e DARCY DEITOS.

**PROJETOS DE LEI:**

PROJETO DE LEI N.º 74/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — A estrada estadual PR 427 - que liga o trecho da BR-277 à sede de Porto Amazonas, passa a se denominar "RODOVIA DEPUTADO OLÍVIO BELICH".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

**JUSTIFICATIVA:**

Visa o presente plano de lei homenagear ao grande homem público que foi o saudoso Olívio Belich.

Durante sua vida dedicou-se, com afinco à defesa dos interesses do Município de Porto Amazonas, onde foi Vereador e Prefeito Municipal.

Na Assembléia Legislativa, desempenhou as elevadas funções de Deputado Estadual por duas Legislativas, ocupando cargos da Comissão Executiva em seis oportunidades.

Cremos que se transformado este projeto em lei, estará

esta Casa permitindo que seja praticada a boa-justiça à ilustre personalidade.

PROJETO DE LEI N.º 75/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — O artigo 7.º, da Lei n.º 4.684, de 21 de janeiro de 1963, passa a ter a seguinte redação:

"Artigo 7.º — A SANEPAR não prestará gratuitamente ou com abatimento os seus serviços, salvo no atendimento a entidades assistenciais, educacionais, culturais, religiosas e hospitalares e nos demais casos expressos em lei. Parágrafo único — Para gozar de benefício previsto no presente artigo, a entidade interessada deverá apresentar requerimento à Diretoria da SANEPAR à qual caberá decidir sobre o pedido provando:

a) - Ser declarada de utilidade pública estadual ou prestadora de relevantes serviços gratuitos à comunidade;

b) não remunerar os membros da diretoria nem distribuir bens ou rendimentos a associados;

c) estar em efetivo funcionamento e

d) não possuir recursos próprios suficientes para remunerar parcial ou totalmente o serviço".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) EZEQUIAS LOSSO.

**JUSTIFICATIVA:**

Muitas entidades criadas com o fim de atender desinteressadamente à sociedade, enfrentam sérios problemas financeiros para a manutenção.

Conseqüentemente, algumas obras essenciais às mesmas, tais como as de saneamento deixam, não raras vezes de ser executadas, em detrimento dos assistidos e do próprio povo, pois a Lei n.º 4.684, de 21 de janeiro de 1963, que criou a hoje Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR - proíbe a prestação gratuita ou com abatimento de seus serviços.

Visa o presente plano de lei dar condições à referida empresa de economia mista para atender às entidades estabelecidas no parágrafo único.

Cremos que se prosperar esta proposição com o imprescindível apoio dos nobres Pares, será relevado o interesse social, meta comum dos poderes públicos e das entidades de fins idealísticos.

PROJETO DE LEI N.º 76/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES" da Escola Amâncio Moro - Ensino de 1.º Grau, com sede e foro no Município de Corbélia, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) DAVID CHERIEGATE.

**JUSTIFICATIVA:**

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao presente plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competente.

Os membros de sua Diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração; está em regular funcionamento há mais de um (01) ano e presta relevantes serviços à coletividade, notadamente no que diz respeito ao bem estar assistencial

e educativo do menor.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi. — (Pausa).

Havendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, na tarde de hoje, para encaminhar um requerimento em que peço o afastamento do Chefe do CIRETRAN de Campo Mourão, em virtude das irregularidades constatadas na sindicância que está sendo efetuada pelo DETRAN desta Capital.

Conforme noticiário da imprensa, no dia 29 de maio, o Chefe da CIRETRAN de Maringá, Petrônio Cordeiro, afirmou que um lote de trinta carteiras viciadas, apreendidas no último dia 15, em Foz do Iguaçu, não haviam sido conseguido em sua CIRETRAN, e sim em duas outras: Loanda e Campo Mourão.

No dia 30 do corrente, quarta-feira, o noticiário dizia que as Circunscrições Regionais de Campo Mourão, Cruzeiro d'Oeste, Umuarama, estão suspensas para aplicação de exames de habilitação, até ulterior deliberação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, no dia 16, próximo passado, demonstramos nossa preocupação com a CIRETRAN de Campo Mourão, pois lá assistimos, às vésperas das eleições do ano passado, verdadeiro derrame de carteiras para motoristas que astrocavam por votos.

Hoje, como que a confirmar aquilo que sabíamos de há muito, lendo os jornais no dia de ontem, verificamos a confirmação de que aquela CIRETRAN está suspensa para expedição de carteira para motoristas.

E a nossa solicitação prende-se ao fato de que aquela CIRETRAN tem, sob a sua chefia, o Sr. Walfrido Tokarski, uma pessoa que não reúne as condições necessárias para exercer aquele cargo. Pois que o faz num verdadeiro mando político da ala que está à frente da Prefeitura de Campo Mourão. Não atende os interesses daquela comunidade.

Então, a nossa solicitação é para que a Chefia do DETRAN do Paraná afaste esse elemento, cuja conduta não condiz com a dos eminentes chefes do DETRAN de nosso Estado. Ele depõe contra a imagem do DETRAN do Paraná, depõe contra a imagem do servidor paranaense.

A solicitação que encarecemos, nesta oportunidade, é para que seja remetido este expediente, ao Chefe do DETRAN do Paraná, para que afaste definitivamente o Sr. Walfrido Tokarski, da Chefia da CIRETRAN de Campo Mourão, porque no ano passado já houve naquela CIRETRAN, uma sindicância efetuada pela Polícia Federal, e cujos resultados até hoje a população não tomou conhecimento, mas, o Paraná sabe que a CIRETRAN de Campo Mourão expediu no ano passado, inúmeros documentos de veículos roubados, e nenhuma medida foi tomada até hoje, pelos poderes constituídos, contra aquele cidadão que se chama Walfrido Tokarski e que está à testa da Chefia da CIRETRAN de Campo Mourão.

Eram estas as minhas justificativas, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Nelton Friedrich, inscrito. — (Ausente).

Ausente o Sr. Deputado Nelton Friedrich, concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito para o Pequeno Expediente. — (Ausente).

Ausente o Sr. Deputado Egon Pudell, concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Mário Celso, inscrito.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apenas faço uso, hoje, desta tribuna, para trazer ao conhecimento desta Casa, de que foi instalada a CPI do Menor, da qual tive a honra de ser escolhido Presidente; ainda contamos com a colaboração do Sr. Deputado José Domingos como Relator, do Sr. Deputado João Elísio Ferraz de Campos como Vice-Presidente, e dos Srs. Deputados Airton Cordeiro e José Tavares, como membros.

Teremos, na próxima quinta-feira, a presença nesta Casa, às 10,30 horas, do Sr. Diretor do IAM, Dr. Newton Sérgio Grein, quando então estará expondo os problemas do menor, na visão daquele instituto.

Nós queremos deixar registrado na Casa, de que, a missão a ser cumprida e a função a ser desempenhada pela CPI do Menor não é senão, a de conseguir subsídios para o Governo Estadual e para o Governo Federal, para que possamos então trazer novos detalhes que possam minorar o problema do menor abandonado, do Brasil, especialmente do Paraná.

Vamos abordar, inclusive, aspectos, de todas as maneiras:

O Menor e a Legislação é um dos temas a serem abordados nesta CPI; o Menor e a Estrutura Educacional; o Menor Delinqüente, as suas Causas; e, o Menor na Sociedade.

Vejam os Senhores, que, no mês de abril deste ano, 776 menores foram detidos pela Delegacia de Proteção ao Menor — 550 do sexo masculino, 226 do sexo feminino; nos últimos dez meses, cinco mil menores dos quais alguns vinte vezes foram presos pela Delegacia de Proteção ao Menor, em média, duas vezes por semana.

Então, naturalmente, vamos tentar chegar a uma solução para sabermos o porquê destas prisões de menores, com a posterior liberação. Vários menores estão hoje praticando assaltos, punga, pelas ruas da cidade, isto, em todo o Paraná, em todo o Brasil e a conseqüência, nós sabemos que é a causa social.

Mas para que a conclusão seja realmente prática e eficiente, nós então solicitamos esta CPI que, a partir da próxima semana já poderá estar trabalhando, para trazer as novidades a esta Casa e ao povo do Paraná.

Quero ainda lembrar que estarei solicitando na sessão de amanhã, um pedido, ao Sr. Jayme Lerner, Prefeito Municipal de Curitiba, para que faça uma reformulação quanto a calçamentos e proteção nas vias chamadas "expressas" em Curitiba. Nós, quando na Câmara Municipal de Curitiba, desempenhávamos a função de Vereador, solicitamos inclusive, alteração no nome de Via Rápida, para Via Especial, a fim de que não induzissem os motoristas, ao uso da velocidade. Estamos sentindo que, realmente, estas pistas expressas têm servido para corridas de automóveis, principalmente no período noturno. Dias atrás tivemos um bárbaro crime cometido por um motorista irresponsável, nas proximidades de um Grupo Escolar na Vila Tingui, quando um automóvel, até aqui ainda não identificado, um Opala branco, atropelou quatro estudantes, matando três dos garotos. Nesta Via Rápida não existe acostamento, não existe qualquer tipo de calçamento para que as crianças possam então trafegar, por onde elas possam se dirigir às suas residências.

Assim sendo, elas se utilizavam do asfalto que também é utilizado pelos veículos, com a neblina que fazia naquela noite, o motorista, irresponsável pela velocidade imprimeada no veículo acabou por matar três dos estudantes.

Por isso, então, nós vamos, através de requerimento, solicitar ao Prefeito que faça um reestudo e solicitar, também, à nossa Polícia, à nossa Secretaria de Segurança, para que venha punir esse irresponsável motorista.

"" Era só, Sr. Presidente, era só, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Sguarezi, inscrito.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Na verdade, não sei se o fato seria de trazer ao conheci-

mento desta Casa, mas quero dizer aos Srs. Deputados que, lamentavelmente, fui uma das primeiras testemunhas a presenciar o trágico acidente ocorrido na BR 277, na ponte do Rio Coutinho, que ceifou a vida de dezenas de paranaenses. Por fatalidade, um carro desta Assembléia Legislativa, dirigido às pressas, por minha pessoa, transportou dois sobreviventes até o Hospital São Vicente, de Guarapuava e, ao dar entrada naquele nosocômio, uma das pessoas, não resistindo aos ferimentos, perdeu a vida.

O cidadão que sobreviveu durante o trajeto nos relatou, estar aquele ônibus lotado, a um ponto de ter gente em pé nos corredores, dizia que acreditava que o acidente tinha ocorrido, até pelo próprio zelo do motorista do ônibus, porque ao perceber que um outro veículo, em sentido contrário passaria junto com o ônibus, ao mesmo tempo sobre a ponte, segurou o veículo e, um caminhão que vinha na sua traseira, não percebendo isto, colidiu com o ônibus, projetou o ônibus dentro do rio. Eu, Deputado da ARENA e do MDB, já registramos nesta Casa, Sr. Presidente, requerimentos ao DNER, para correção das pontes da BR 277, que são conhecidas pelos motoristas que usam aquela rodovia, como "pontes assassinas", porque é incompreensível que num tráfego daqueles, uma ponte só permita a passagem de um veículo de grande porte.

Repetidamente para os que ocupam aquela rodovia, acidentes fatais têm ocorrido ceifando a vida de centenas ou quicá milhares de pessoas que já perderam as vidas nessa BR-277.

Por isso, Sr. Presidente, acredito que a paciência e a tolerância humana terminam exatamente com o fato morte, e no Brasil que só se resolvem problemas com a morte, foi o caso da denúncia vazia e agora o caso de dezenas, possivelmente mais de quarenta pessoas perderam a vida.

Talvez este fato traga a solução deste problema, que foi pedido há muito tempo, que foi tolerado, que os motoristas que usam a BR-277 têm paciência.

Por isso, Sr. Presidente, não me sinto em condições de pedir mais nada ao DNER, e trago à Casa como repulsa a omissão daqueles que não entendem de que a metade dos caminhões que passam num só dia, transportando produtos, carregando impostos ao Governo Federal, a metade dos caminhões que trafegam num só dia pode perfeitamente cobrir as despesas para a construção de pontes novas.

Por isso, Sr. Presidente, trago à Casa um voto de repúdio, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, como a única maneira, como o único gesto humano da indignação e da dor das famílias que hoje choram, enlutadas a morte dos seus entes queridos.

Porque, Sr. Presidente, não é mais possível pedir, não é mais possível solicitar.

Há que se protestar, há que se bradar quando a insensibilidade e a irresponsabilidade de poucas pessoas, os encarregados do DNER, não entendem de que a sua omissão está ceifando vidas de paranaenses.

Por isso, Sr. Presidente, apresento um voto de repúdio pela reiterada omissão de reparos no sentido de alargarem-se as pontes da BR-277, entre os trechos Ponta Grossa e Laranjeiras do Sul. E justifico o meu requerimento, nos seguintes termos. (Lê):

"Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, formal e expressamente REQUER a aprovação de um VOTO DE REPÚDIO ao DNER — Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, pela reiterada omissão e descaso em proceder o alargamento das pontes da BR-277, que face as precárias condições de tráfego e segurança, têm sido as responsáveis e causadoras de centenas de acidentes fatais que já enlutaram, nos últimos anos milhares de vidas.

Que da decisão, comunique-se também a Chefia do

9.º Distrito do DNER, sediado nesta Capital, além da Presidência da República e do Ministro dos Transportes.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Por serem virtudes humanas, a paciência e a tolerância só terminam com a morte.

Nada pode justificar a morte. Hoje, dezenas de famílias paranaenses choram a morte de seus familiares, tragicamente ocorrida em mais um dos milhares que já se registraram nas PONTES ESTREITAS da BR-277.

Para que esta dor não fique sufocada, como sempre ficou no âmbito familiar dos que se viram enlutados com acidentes, é que procura-se o estravasamento da comoção que atinge toda a comunidade paranaense, indignada com a omissão e descaso na solução de problema que já ceifou centenas ou quicá milhares de vidas.

Repudiar o DNER, nesta hora de dor para o Paraná não é pretender jogar uma população inteira, contra a omissão e irresponsabilidade de algumas pessoas, mas fazer estas mesmas pessoas entenderem de vez por todas que o alargamento das Pontes da BR-277, não podem mais esperar. Repudia-se para ignorar as sempre alegadas dificuldades que injustificadamente levantam para procrastinar a solução, enquanto vidas e bens vão sendo consumidos pelos acidentes.

Além do mais, os que sempre pediram e pleitearam o alargamento daquelas pontes, já não mais podem tolerar e tão pouco tem reservas de paciência tão grandes para suportar o descaso com as regiões Oeste e Sudoeste do Paraná, que diariamente fazem trafegar para BR-277, milhares de veículos transportando milhões de toneladas de produção, que rendem aos cofres federais outros tantos milhões de cruzeiros em impostos, mais que suficientes, portanto para cobrirem, com a RECEITA DE UM DIA DE TRÁFEGO, a meia dúzia de PONTES ASSASSINAS, que lamentavelmente ainda continuam a serem usadas na BR-277.

Outrossim, requer-se o conhecimento da decisão ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Ministro dos Transportes, como tentativa de sensibilizar, tais autoridades, que dispõem de poderes necessários e suficientes para determinarem o alargamento daquelas pontes, como se disse já cognominadas pelos motoristas de PONTES ASSASSINAS".

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Dácio Leonel, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. DÁCIO LEONEL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):  
"Um dos mais antigos sonhos de uma das mais tradicionais regiões do Paraná, passa agora a ganhar novos contornos, com a renovada esperança de que o asfalto da estrada do Cerne possa agora transformar-se numa REALIDADE.

Tendo servido no passado como ligação do Norte Velho com a Capital.

A histórica estrada do Cerne acabou com o passar do tempo a se transformar numa passagem usada praticamente pelos moradores da região onde se localiza.

Vivendo praticamente abandonada, no seu trajeto Piraí do Sul-Curitiba, lembrada esporadicamente por alguns serviços de conservação, a estrada do Cerne continua no entanto viva na lembrança da população — especialmente no norte velho — por ser indiscutivelmente a melhor opção para encurtar distâncias e desafogar o intenso tráfego da famosa rodovia do café.

Hoje, com os trechos já pavimentados a partir de ASSAÍ e caminhando rumo a Curitiba, fica a grande expectativa de que seja possível que toda a região seja ligada a Curitiba por asfalto, respeitado tanto quanto possível o traçado da velha estrada do Cerne.

Se a estrada do café foi a grande solução ontem, hoje



ela já não suporta mais a intensidade do tráfego.

E na verdade, enfrentado o desafio pelo Governo, com a construção da esperada estrada pavimentada pelo Cerne, além de desafogar o tráfego na estrada do café, estaria sendo criada uma segunda notável opção que viria atender uma enorme região, que além do benefício do encurtamento de distâncias, teria ainda grande motivação para uma região rica em minérios e que teria abertas novas e significativas perspectivas.

Nas margens do Cerne está concentrada a exploração dos minérios, onde além do cal e do talco, merece um especial destaque o calcário pela sua importância para a nossa agricultura.

É justo que ao focalizarmos este assunto, façamos aqui um registro especial ao Prefeito Dr. Ronie Cardoso que tem sido um dos líderes desse movimento, buscando a pavimentação da estrada do Cerne e sobre cuja atuação ouvimos recentemente os melhores elogios da parte do Sr. Edison Copla - ilustre Prefeito do Município de São Jerônimo da Serra.

Da mesma forma grande tem sido a batalha do Vereador Takeshi Maeda, atual Presidente da Câmara Municipal de Castro de quem inclusive recebemos um longo abaixo assinado que vai anexado ao requerimento que ora estamos encaminhando à Mesa diretora dos trabalhos desta Casa.

A concretização do projeto de asfaltamento da ligação Pirai do Sul-Curitiba, via Cerne, trará extraordinária contribuição para a consolidação da economia do polo que já se constitui Castro, além de influir sobremaneira nas demais comunidades.

Essa rodovia asfaltada será capaz de ampliar o potencial econômico da região, carreando para a região Pirai do Sul-Castro uma nova dimensão de progresso.

A pavimentação da estrada Pirai do Sul-Curitiba, via Cerne, indiscutivelmente influirá em cerca de 1/3 (um terço) do Paraná, constituído pelo Norte Pioneiro e Norte Novo - que terão outra alternativa viária para Curitiba e Paranaguá.

Basta lembrar que cerca de 2/3 (dois terços) da antiga rodovia, ligando Pirai do Sul ao Norte do Estado, já se encontra devidamente implantado, pavimentado e em fase de pavimentação.

Completado esse trecho com a ligação Pirai do Sul-Curitiba, muitos serão os benefícios que atingirão municípios como Pirai do Sul, Jaguariaíva, Senges, Curiúva, Sapopema, São Jerônimo da Serra, Santa Cecília do Pavão, Assaí, Jataizinho, Arapoti, Wenceslau Braz e tantos outros que seriam clientes naturais dessa rodovia rumo a Curitiba, que seria transformada no 3.º grande eixo rodoviário do Norte do Estado, constituindo-se em mais de um de seus corredores de exportação.

A grande verdade é uma só.

A estrada do Cerne pode e deve ser a nova alternativa para ligar a capital ao Norte do Paraná, diminuindo distâncias, atendendo necessidades da região e permitindo um escoamento rápido dos minérios extraídos em sua periferia."

Estes são os motivos justificativos do requerimento que encaminhamos à Mesa, vasado nos seguintes termos: (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, se faça encaminhar ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado o presente expediente, acompanhado de um abaixo assinado com mais de uma centena de assinaturas, reivindicando a retificação e pavimentação da estrada do Cerne, nos trechos compreendidos entre Pirai do Sul, Castro e Curitiba.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979."

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, inscrito.  
O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A suinocultura está passando ainda por uma das mais terríveis crises de que foi acometido o setor de produção.

Na verdade, Sr. Presidente, Srs. Deputados, depois da enganosa manobra da peste suína que criou sérias dificuldades, inclusive para a evolução, para a melhor qualificação do plantel no Estado do Paraná, criando dificuldades inclusive para a dinamização de matrizes, surge agora, um outro problema mais grave, decorrente, quem sabe, deste problema.

É que o preço de suínos hoje estabelecido ou comercializado, é muito inferior ao desejável e muito menor do que custa para o produtor, para o suinocultor, tendo em vista, Sr. Presidente, que a temeridade da peste suína venha a criar a erradicação das melhores matrizes na Região Oeste do Paraná.

A ameaça que passou o suinocultor, colocou no desgaste de ter de vender a maior parte dos seus rebanhos e hoje com o problema da ração e das quantidades exigidas para a venda de torta de soja, em grande quantidade, não é possível o acesso do suinocultor aos produtos de alimentação básica da suinocultura e a verdade é a seguinte, Sr. Presidente, que o preço médio do melhor tipo, da melhor qualidade, gira, basicamente em torno de Cr\$ 21,00; entretanto, daí se desconta o frete, a quebra de qualidade e além de dois quilos para o peso feito nos chiqueiros, na fonte de produção, se esta taxa, é paga pelo produtor, este é o tipo langrassa.

Entretanto, Durock está sendo vendido no chiqueiro, na base de Cr\$ 17,00 no máximo, e às vezes, gira em torno, quando bom o tipo, em não mais de Cr\$ 15,00 e Cr\$ 16,00 bruto e o porco comum, na base de Cr\$ 14,00 o quilo.

Ora, além desses descontos já enunciados, ainda se tem que descontar o valor correspondente ao FUNRURAL que é de 2,5% do preço.

A situação de ressalva poderia ser acudida pelo farelo de arroz. Acontece, Sr. Presidente, que o preço do farelo de arroz gira hoje em torno de Cr\$ 3,20 pelo menos o quilo e o que é pior, não está sendo entregue para o suinocultor porque não há arroz, e este arroz importado do Norte do Mato Grosso encarece substancialmente este produto e o milho, sendo comercializado na base de Cr\$ 160,00 em média a saca, e, via de regra, é um produto de importação hoje, não há como excluir uma participação direta da Secretaria da Agricultura.

Há necessidade do Senhor Secretário preocupar-se menos com política partidária e preocupar-se muito mais com setores de produção da suinocultura no Oeste do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).  
O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Egon Pudell, inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. EGON PUDELL — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "É sabido que as potencialidades econômicas do Paraná são das mais variadas espécies, o que o vem destacando em toda a Federação.

E como temos afirmado em outras ocasiões, desta mesma tribuna, a produção de suínos tem sido e continua sendo uma das nossas mais expressivas forças econômicas.

Em nosso pronunciamento em princípios de abril, quando destacamos o abate de suínos a aumentar de ano para ano, enquanto que, paralelamente, a exportação havia sido paralizada pelos motivos que são de nosso conhecimento - PESTE AFRICANA - observamos que a pleora do produto, apresentado em qualquer de suas formas de comercialização, iria provocar uma queda de preços muito perigosa. Isto não é novidade, pois que é uma decorrência no processo comercial.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há cerca de trinta dias, na segunda quinzena de abril, o preço do suíno era de Cr\$ 22,00 e Cr\$ 23,00 por quilo e, atualmente, está em Cr\$.. 19,00 e Cr\$ 19,50 o que nos leva a supor que baixará ainda mais. É começo de uma queda, cujas conseqüências serão gravíssimas.

E mais, enquanto ocorre a queda do preço do suíno, as rações sofrem uma alta de preço que atinge até mais de

cinquenta por cento. E esse desequilíbrio continuará se desenvolvendo, e se expandirá até atingir uma situação tão caótica que levará aos produtores de suínos o seu completo desinteresse por essa espécie de atividade. Será o desmoronamento de uma estrutura que levará muito tempo a ser recomposta.

É urgentíssima a necessidade de serem tomadas providências para ser feito o represamento dessa avalanche que se aproxima, e a primeira, que sugerimos nesta oportunidade, é a de ser fixado um PREÇO MÍNIMO DE Cr\$ 20,00 por quilo. Será um preço de sustentação que levará confiança ao produtor e a certeza de que o Governo está pensando na defesa dos seus interesses.

Por todos estes motivos, vimos encarecer aos meus colegas desta Casa a sua aprovação no sentido de ser enviado uma cópia integral deste nosso pronunciamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e aos Excelentíssimos Senhores Secretários da Fazenda e da Agricultura do Estado do Paraná.

Julgamos oportuno lembrar o nosso pronunciamento supra referido, em princípios de abril, quando solicitamos, através desta Casa, fosse o mesmo enviado ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e a diversos Ministros; na oportunidade, encarecemos medidas junto aos órgãos brasileiros, no exterior, para que fossem agilizados os processos no sentido de ser procedida uma verificação nos rebanhos brasileiros, interferindo, também, junto aos países importadores e, paralelamente, junto à F.A.O., para os fins de serem recomeçadas as exportações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O que estamos relatando e encarecendo penhoradamente ao Governo é o seu empenho enérgico, decidido e imediato para que se ultime estes dois problemas angustiantes.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Encerrado o Pequeno Expediente.

Dentro do Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Domingos, inscrito.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos apoiar o pronunciamento há poucos momentos apresentado nesta Casa, no Pequeno Expediente, pelo Deputado Nilso Sguarezzi, que abordou o pavoroso acidente verificado na manhã de ontem, ao longo da Rodovia BR-277, quando morreram quarenta e cinco pessoas que ocupavam um ônibus.

E por que estamos a apoiar o pronunciamento do Deputado Sguarezzi? Porque, na manhã de hoje, mantendo contatos com Guarapuava, com cidades daquela região, ouvimos as informações a respeito do acidente, mas todas as informações davam conta da precariedade de condições da ponte onde ocorreu a tragédia, bem como de outras pontes ao longo da BR-277.

Portanto, queremos aqui fazer eco às palavras do Deputado Nilso Sguarezzi, para que o DNER realmente tome medidas e providências no sentido de, quanto antes possível, colocar em condições de tráfego normal as pontes na Rodovia BR-277, para que fatos como aquele acontecido ontem, não venham a se repetir.

Hoje, ainda, quando conversávamos com os companheiros nossos da imprensa de Guarapuava, e com o Delegado de Polícia daquela cidade, Dr. Agostinho Cardoso Neto, recebíamos informações de que somente este ano, aconteceram nessa ponte, quinze acidentes, alguns de proporções não equiparáveis evidentemente, ao acidente de ontem, mas, se providências imediatas não forem tomadas, lamentavelmente, teremos outros acidentes na BR-277.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“O histórico das pesquisas petrolíferas no Brasil, cuja batalha teve início já nos tempos da monarquia e prossegue até os dias atuais, pode ser dividido em várias etapas: antes, depois da descoberta do petróleo em nosso País, a busca à tão

esperada auto-suficiência, podendo-se acrescentar nesse complexo um fato novo, ainda não componente do longo histórico, por ser, como dissemos, recente: a busca às novas fontes energéticas, mais exatamente, às opções tipicamente brasileiras, capazes de substituir o uso dos derivados do petróleo, principalmente na utilização dessa fonte energética para os meios de transportes.

O Brasil atinge esse estágio quando, no mundo inteiro, já se fala no esgotamento das reservas petrolíferas dentro de um período que não deverá exceder a trinta anos, porquanto segundo revistas especializadas as reservas mundiais são pouco superiores a cento e três bilhões de toneladas métricas, enquanto que o consumo segue um ritmo atual de 2,8 bilhões de toneladas, com uma tendência de crescimento, seguindo uma linha crescente desde os primeiros tempos bíblicos, quando o petróleo - que reflete a própria história do mundo - foi utilizado na forma de betume, como material de liga na construção dos célebres jardins suspensos da Babilônia. Os antigos egípcios utilizavam o petróleo para embalsamento de mortos ilustres. A utilidade desse produto passou a ser pesquisada, passando a ser empregado de muitas formas. Os árabes, e os persas, fazendo pesquisas, passaram à fase da destilação do petróleo. Por volta de 1.700 o petróleo foi minerado pela primeira vez. Em 1800 era utilizado para iluminação, experiência pioneira realizada em Praga.

Os aztecas e os incas utilizavam o petróleo ou alguns de seus derivados naturais para inúmeras aplicações, inclusive, na pavimentação das estradas do seu império. Os indígenas da tribo Sêneca, na Pensilvânia, utilizavam o petróleo como produto terapêutico.

Na segunda metade do século dezenove o petróleo começou a ser aproveitado industrialmente.

O primeiro poço aberto, produzia apenas dezenove barris, cerca de três metros cúbicos a cada 24 horas. Em 1887, com a invenção dos motores a explosão e a diesel, as frações do petróleo, que eram até então desprezadas, passaram a ter novas aplicações.

Iniciava-se a era da produção mecânica. A produção de petróleo ia aumentando. Novos poços eram descobertos em todo o mundo.

O petróleo passou a ter mil e uma utilidades. O petróleo, mais exatamente um de seus derivados, está presente na sacola plástica que acondiciona a marmitta do operário; está nos desinfetantes, nos fertilizantes agrícolas.

São múltiplas as aplicações desse ouro-negro. São preciosas as contribuições dessa fonte energética ao desenvolvimento de nações, por cuja posse Países lutam através da diplomacia ou através da violência, e uma última gota passará ser extraída nas primeiras décadas do século vinte e um.

Mas, outras fontes energéticas são pesquisadas.

O Brasil não está ausente nessa luta que se trava na busca de novas fontes de energia.

Não poderia estar, porquanto pelo que se sabe até agora, nossas reservas de petróleo se aproximam dos oitocentos milhões de barris.

Está se fazendo, neste País um esforço muito grande objetivando garantir ao máximo nosso provisionamento de petróleo, mediante campanhas de racionalização do uso de combustíveis.

Existem, contudo, e aqui está minha revolta e o meu protesto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, setores de nossa sociedade que ainda não se conscientizaram desse estado de coisas, da gravidade do momento atual no que diz respeito ao nosso setor energético. Falo de certos setores que, desrespeitando os mais elementares princípios de bom senso, promovem - como promoveram - gincanas automobilísticas com fins filantrópicos. Há pouco mais de uma semana, nós tivemos uma promoção nesse sentido em nossa Capital. Segundo fomos in-



formados, participaram dessa competição cerca de 1.800 veículos automotores.

Dessa promoção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, há que se observar dois aspectos altamente negativos e que põem por terra a própria finalidade a que se destinava: os verdadeiros abusos que se cometam no trânsito de nossa cidade, chegando-se ao cúmulo de se fazer barreiras em ruas movimentadas; o segundo aspecto - repito, altamente negativo - é o desrespeito às medidas do Governo Federal no sentido de se buscar, de se atingir uma redução nos gastos dos combustíveis utilizados no transporte.

Pede o Governo, que os motoristas controlem os gastos com gasolina, com óleo diesel, com óleo combustível. Pede o Governo que as donas-de-casa economizem gás de cozinha. As campanhas de racionalização de combustível atingem os lares de todos os brasileiros, através dos meios de comunicação social.

Paralelamente, os preços dos derivados de petróleo são majorados, como forma de pressão - assim entendemos - para se diminuir o consumo de combustível.

Ao mesmo tempo, as pesquisas são agilizadas no sentido de se buscar novas fontes energéticas, enquanto que o Governo incentiva a implantação de motores de veículos movidos à álcool.

Nesse esforço todo, o Governo vai partir para a exploração em escala industrial do xisto pirobetuminoso, cuja unidade protótipo do Irati, localizada no Município de São Mateus do Sul, está aparelhada para processar 2.220 toneladas de xisto por dia, produzindo 160 metros cúbicos de petróleo, 36.500 metros cúbicos de gás combustível e 17 toneladas de enxofre.

Nesse empreendimento o Governo deverá investir cerca de vinte bilhões de cruzeiros, que, de forma indireta, será paga pelo povo brasileiro.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Dai a razão de estranharmos o silêncio das nossas autoridades quando se promovem gincanas automobilísticas, como a que foi realizada recentemente em nossa Capital.

Não se pode entender que o Conselho Nacional do Petróleo não tenha sido alertado para essa anormalidade, para essa irregularidade.

Como não se entende, igualmente, o silêncio do Departamento Estadual de Trânsito, que não agiu, que não fiscalizou, que não multou, que não proibiu a realização dessa gincana automobilística.

Quanta gasolina os 1.800 carros participantes consumiram? Se cada veículo gastou 60 litros de gasolina, tivemos um total de 108.000 litros, multiplicado por nove cruzeiros e sessenta centavos, que era o preço da gasolina na época da realização do combustível, teremos um gasto, em dinheiro, de Cr\$ 1.360.800,00.

Essa importância, somada aos gastos de óleo, de pneus e de motor atingem outra soma. Isso, é claro, representa uma pequena parcela no consumo de combustíveis de todo o País, mas é um crime que se cometeu quando o Governo procura conscientizar a todos no sentido de racionalizar os gastos de gasolina, de óleo combustível, de óleo diesel e de gás de cozinha.

As nossas autoridades não podem mais silenciar, permitindo promoções de gincanas automobilísticas.

Por essa razão, estamos encaminhando dois requerimentos, um ao Sr. Governador Ney Braga, para que determine ao Departamento Estadual de Trânsito, sejam proibidas no Paraná tais promoções e outro dirigido ao Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que proíba, em todo o território nacional as gincanas automobilísticas.

Afinal de contas, o que mais se quer no Brasil é reduzir o consumo de combustíveis, principalmente de gasolina, que atingiu em nosso Estado, no ano passado, um índice de quase

500 milhões de litros."

O Sr. Darcy Deitos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Agradeço, nobre Deputado.

Inicialmente queria cumprimentá-lo por, nesta tarde, Vossa Excelência trazer a esta Casa um assunto de tamanha relevância para a economia nacional.

Mas, se Vossa Excelência ainda me permite, estou aqui com uma cópia do requerimento de Vossa Excelência, dirigido ao Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que sejam proibidas, em todo o País, as gincanas automobilísticas.

Se Vossa Excelência me permitisse, gostaria que fosse colocado um adendo, nesse requerimento, para que o Conselho Nacional do Petróleo proibísse todas as corridas de automóveis, dentro do território nacional e não somente das gincanas, porque essas, quando são realizadas ainda têm um cunho filantrópico, e as corridas de automóveis, nada mais são do que promoções, às empresas multinacionais que dominam esta Nação.

Era só, agradeço o aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Agradecemos o aparte do Deputado Darcy Deitos e, na sequência do nosso pronunciamento fizemos, também, observações a respeito das corridas de automóveis e enfocamos, exatamente, este aspecto que Vossa Excelência abordou que as multinacionais são as promotoras das corridas de automóveis e que alguma coisa, também, deve ser feita para se dar um paradeiro a este estado de coisas, de corridas de automóveis estarem sendo realizadas quase que permanentemente, num desrespeito total ao esforço que todos nós fazemos no sentido de atendermos aos apelos do Governo Federal para economizarmos o combustível.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência e, em oportunidade outra, voltaremos ao assunto e, daí, então, enfocaremos talvez, com apresentação de um outro requerimento, para que se estude e se analise a suspensão das corridas de automóvel, no Brasil.

Mas, para completar, Sr. Presidente, queremos registrar os dois requerimentos que estamos apresentando. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja enviado expediente ao Conselho Nacional do Petróleo, apelando no sentido de que, efetivamente, sejam proibidas em todo o território nacional as competições denominadas "gincanas automobilísticas", sejam para quais fins se destinarem.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

JUSTIFICATIVA:

Há pouco mais de uma semana, a população de Curitiba assistiu a realização de mais uma gincana automobilística.

Não foram poucas as pessoas que se revoltaram, que se indignaram ante essa manifestação que, se tem finalidades filantrópicas, não deixa de desrespeitar as campanhas do Governo Federal que objetivam a redução no consumo de combustíveis.

Considerando que a grande maioria dos motoristas, dos proprietários de veículos, se conscientizou do problema e atende ao chamamento do Governo, este mesmo Governo não pode silenciar ante a realização de gincanas automobilísticas, responsáveis por um alto consumo de gasolina.

Na atual situação, no atual momento brasileiro, o recomendável é que o Governo proíba a prática de tais promoções."

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja enviado expediente ao Sr. Governador Ney Braga, apelando no sentido de que determine ao Departamento Estadual de Trânsito sejam baixadas, de imediato, normas proibindo a realização de gincanas

automobilísticas em todo o Paraná, seja para que fins se destinarem, enquanto se aguarda orientação do Governo Federal, mais exatamente, do Conselho Nacional do Petróleo, no mesmo sentido e de quem estamos fazendo idêntica reivindicação.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

#### JUSTIFICATIVA:

O Governo Federal através de constantes campanhas pelos meios de comunicação social, está apelando ao povo brasileiro para que se conscientize da necessidade de se reduzir o consumo de combustíveis.

Ao mesmo tempo, porém, assistimos a realização de gincanas automobilísticas, como ocorreu recentemente em Curitiba, fato que causou indignação e protestos por parte de proprietários de veículos.

É um contra sendo, porque essas promoções são responsáveis por um alto consumo de gasolina.

Acreditamos na sensibilidade do Sr. Governador Ney Braga quanto à problemática energética brasileira."

Um dos requerimentos, em sua súmula diz - Apelo ao Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que, efetivamente, sejam proibidas, em todo País, as gincanas automobilísticas e solicitamos, então, que sejam tomadas providências e justificamos, dentro do que já apresentamos no nosso pronunciamento, nesta tarde, no Grande Expediente, na Assembleia Legislativa.

E o outro requerimento é de apelo ao Governador Ney Braga, para que determine ao Departamento de Trânsito que sejam proibidas, de imediato, digo, sejam baixadas, de imediato, normas proibitivas quanto à realização de gincanas automobilísticas, no Paraná, enquanto se aguarda orientação do Governo Federal, no mesmo sentido, porque o nosso Governador pode tomar medidas imediatas em nosso Estado e coibir com esses abusos que estão se verificando a toda hora e a todo instante.

Era só...

**O Sr. Lázaro Dumont** — Vossa Excelência concede um aparte? **(Assentimento)** — Nobre Deputado José Domingos.

Primeiramente, quero congratular-me com Vossa Excelência pela oportunidade do requerimento de Vossa Excelência, que, realmente, num País, hoje, em que se coloca quase toda culpa de uma política econômica em cima, exatamente, do petróleo, evidentemente, que as próprias autoridades governamentais deveriam fazer com que diversas promoções, realmente parassem para se economizar petróleo, que é o caso, não só das próprias gincanas que, além do risco de vida de quem participa e de quem assiste, como bem disse Vossa Excelência, ainda temos as esquadrilhas da fumaça e tantas outras festividades, que não são, nada mais, nada menos, do que desperdício de combustível e desperdício de divisas para o próprio Governo brasileiro.

Mas, nobre Deputado José Domingos, gostaria, nesta oportunidade, que Vossa Excelência me dê, de, juntamente com Vossa Excelência, também me solidarizar com o início do vosso pronunciamento, quando lamenta, profundamente, e é o lamento de toda esta Casa, o pavoroso acidente ocorrido na rodovia que liga Ponta Grossa a Foz do Iguaçu, nós tivemos, em 1972, oportunidade de assistir, nessa ponte, nesse mesmo local dessa rodovia, senão o maior, mas o pior acidente de automóvel, de trânsito, que já vi na minha vida, até hoje. Pavoroso. E que cheguei questão de dois ou três minutos após o acontecimento desse fato; exatamente, pela maneira, pela forma como foi construída essa ponte e outras pontes, nessa rodovia.

Lembro que, naquela oportunidade, nós trouxemos o problema a esta Casa, fizemos requerimento ao Ministério dos Transportes, ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, para que aquelas pontes fossem alargadas porque é inadmissível que se construa uma rodovia, rodovia inclusive

internacional como essa, onde a técnica e a eficiência dos engenheiros brasileiros deveriam estar à flor de todo o local, para que os visitantes de outros países, pois são tantos os que perambulam por essas estradas, pudessem inclusive sentir a eficiência da engenharia brasileira.

Coloca-se pontes estreitíssimas, que muitas vezes, com neblina nem se vê a ponte.

Naquela oportunidade ainda disse: num caso deste, quem provoca um acidente de morte, quem provoca a morte de outra pessoa, tem que ser processado e recentemente nós vimos nos jornais e na televisão, uma empresa norte-americana que causou a morte de uma única pessoa, uma funcionária, foi pela justiça norte-americana, obrigada a pagar dez milhões de dólares pela vida daquela moça.

Acho que neste caso como em tantos outros nesse Paraná e por esse Brasil afora, não sei que, se o Ministério dos Transportes ou o DNER, mas deveria ser processado e disse agora mesmo, numa entrevista da rádio, eu, se não acredito muito na justiça dos homens, mas acredito na justiça divina, e esses que aprovaram esse projeto, que deram condições de tráfego nessa estrada, que indiretamente são responsáveis por essas vidas que se perderam, podem não pagar aqui na terra, mas, diante de Deus, um dia, eles pagarão pela omissão e pelo serviço mal feito que fizeram.

Congratulo-me com Vossa Excelência, nobre Deputado, e outras estradas do Paraná merecem ser melhor olhadas, como por exemplo, a Rodovia do Café, inaugurada pelo brilhante Governador Ney Braga, em 25 de julho de 1965, há quatorze anos atrás e que até hoje nem acostamento recebeu, durante esses quatorze anos que se usa a maior parte da Rodovia do Café, que é o caso, especificamente, Ponta Grossa a Apucarana.

Muito obrigado e meus parabéns a Vossa Excelência e pode contar desde já com o nosso apoio.

**O SR. JOSÉ DOMINGOS** — Agradeço o aparte do Deputado Lázaro Dumont.

E a sua revolta é a revolta de toda uma região, de toda uma população.

Foram quarenta e cinco pessoas que morreram neste acidente, e somente neste ano, neste mesmo local, aconteceram quinze acidentes e ouvi o pronunciamento do Deputado Nilso Sguarezi dizendo que esta Casa, através de seus representantes, já em oportunidades outras, levantou o problema, clamou ao DNER, providências para o alargamento nas pontes, e as providências não foram adotadas.

Então Vossa Excelência coloca e coloca muito bem o problema, dizendo que alguém deve ser responsabilizado.

Não só o motorista que foi irresponsável, porque estava dirigindo na banguela, mas aqueles que construíram, aqueles que abriram a estrada e a ponte, porque quinze acidentes e a condição de tráfego, numa rodovia internacional, como bem disse Vossa Excelência, dar apenas a passagem de um veículo em uma rodovia de intenso movimento.

Parece que o Deputado Fiori ou o Deputado Tolentino solicitou um aparte.

Concedo o aparte com todo o prazer.

**O Sr. Fidélino Tolentino** — Deputado, realmente, o requerimento de Vossa Excelência vem trazer um pouco de luz a determinados corolários dessa situação reinante.

É um requerimento oportuno e traz o debate de grandes problemas, porque estão naturalmente vinculados a ele e paralisado a ele.

É que neste País, eminente Deputado, a se ver pelo quadro político vigente, a situação está toda turbada.

Há uma turbacão na ordem correta dos objetivos, dos grandes objetivos nacionais e sobretudo, no campo da política, da economia, e também da administração.

Ao invés de se preocuparem, com os grandes temas que

afligem a população brasileira, procuram dizer, procuram colocar no pensamento do cotidiano as medidas paliativas.

Quanto a este aspecto é que discordo em parte com a proposição de Vossa Excelência, embora no núcleo esteja de acordo.

É que no Brasil se vocifera e se verbera apenas pelos acessórios, porque os principais ficam desviados do conduto; no problema político, no problema econômico e no problema social. E isso é uma derivação desses núcleos.

Por essa razão, eminente Deputado, é que faço aqui a lembrança de que é preciso realmente atacar no Brasil os problemas de maior relevância para a Nação brasileira, para ela poder se encontrar.

Não é só dizendo ou impedindo as corridas de automóveis que os jatinhos do Planalto ficam levando recados, fazendo fins de semana, ou então indo para mordomias ou mesmo sendo padrinhos de casamento como até houve críticas no Parlamento.

Não é só isso, não. Mas o que aparece é só isso. É que no consumo de gasolina hoje lá no próprio Poder Central e porque não dizer no nosso também, aqui mesmo, terminam-se com os automóveis mas se concedem motoristas e verbas para se comprar automóveis, inclusive com choferes.

E o consumo da gasolina aumentou ao invés de diminuir. Economizam-se dez por cento pela propaganda do Governo, mas se multiplica em mais de trinta por cento o consumo.

E as companhias de automóveis criando problema, inclusive na comercialização de veículos.

Este é o problema que o Brasil precisa enxergar. E o Governo não se dá conta de que ele está perdido neste cipoal de acontecimentos, neste emaranhado e como diria o nordestino, neste "arranha-gato", que não deixa passagem.

O Governo precisa atacar os problemas primeiros da Nação, econômico, político, social e institucional. Esta é a minha proposição e agradeço o aparte a Vossa Excelência. O SR. JOSÉ DOMINGOS — Agradeço o aparte de Vossa

Excelência e concordo em vários aspectos dos assuntos enfocados por Vossa Excelência.

Na realidade o esforço tem que ser amplo e total de todos, de Governo, de povo, no sentido de que haja, mas nós verificamos muita coisa acontecendo realmente estranha.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz que havia solicitado anteriormente, e depois, com muito prazer ao Deputado Gabriel Manoel.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem dois minutos para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. JOSÉ DOMINGOS — Então concedo o aparte para completar esses dois minutos ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Com relação ao seu requerimento que tenho aqui em mãos, sobre a proibição de gincanas automobilísticas, nobre Deputado José Domingos Borges Teixeira, até que a finalidade é boa. Agora, isso não vai resolver o problema. Acabar com corridas de automóveis, com gincanas, isso não vai resolver o problema. Porque disse bem o Deputado Tolentino, os jatinhos estão aí para festinhas, um jatinho buscando carne para o Ministro em Foz do Iguaçu, outro jatinho levando uma cachorra, podem não acreditar mas é verdade, para Londrina para cruzar, ficando dois dias no aeroporto. Então são essas coisas e é preciso dar um basta a esses grupos estrangeiros, porque nós temos petróleo no sub-solo. As "Faests" estão nas TVs aí economizando gasolina, soltando cartelinhas 35.000.000 de cartelinhas que custaram Cr\$... 60.000.000,00, essas cartelas, Sr. Presidente.

As simonetas!... (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa informa ao nobre Deputado que se encontra na tribuna que

o tempo de Vossa Excelência está esgotado, de acordo com o Regimento Interno.

A Mesa consulta à Liderança da ARENA, se fará uso da palavra o Deputado Augusto Carneiro.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna no horário reservado à Liderança do meu Partido, e de início agradeço ao Líder, por conceder-me alguns minutos no horário reservado à minha Liderança.

Há alguns dias, em conjunto com o Deputado Airtton Cordeiro, analisávamos um problema que a nossa entender, julgamos bastante sério.

Analisávamos o problema do professor suplementarista; analisávamos o problema do servente - PS - pessoal suplementarista de que apesar deste pessoal vir prestando serviços, ao Governo do Estado e conseqüentemente à comunidade, não tem nenhuma garantia estatutária.

E desse pensamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, surgiu-nos a idéia. E verificando também, de que uma das diretrizes primeiras, do Governo Ney Braga, é dar uma condição social e profissional melhor, ao homem do Paraná. E sendo que estes quadros que abordei, não tenha nenhuma garantia estatutária, conseqüentemente, surgiu-nos a idéia de apresentar como sugestão ao Governo do Estado, ao Executivo, o requerimento que tomo a liberdade de ler. (Lê): "Senhor Presidente.

Na forma do Regimento desta Assembléia, os Deputados que este subscrevem, REQUEREM o encaminhamento ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, da sugestão abaixo escrita, com o objetivo de promover, com urgência, os estudos necessários pelas Secretarias da Educação e dos Recursos Humanos.

#### SUGESTÃO

Atendendo às diretrizes do Governo Ney Braga e preocupados com a situação social e profissional de milhares de professores suplementaristas e serventes que prestam serviços ao Governo do Estado do Paraná, sob o regime da Lei m.º 6.508/73, sugerimos ao Poder Executivo a instituição de mecanismos capazes de assegurar a esses servidores os direitos previstos no Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado do Paraná, mediante a alteração do regime de trabalho a que estão subordinados atualmente.

Visando a estabilidade social preconizada pelo plano de Governo, sugerimos a efetivação desses servidores.

A forma pela qual dar-se-á essa efetivação, no entender dos autores deste requerimento é a que segue:

- 1) criação de um Quadro Especial, vinculado ao Quadro Único de Pessoal do Estado, para absorção dos professores suplementaristas que não ocupem outro cargo na administração pública;
- 2) posterior instituição de concurso público para, mediante critérios estabelecidos pelas Secretarias da Educação e dos Recursos Humanos, possibilitar o ingresso desses professores ao Quadro do Magistério, regido pelo Estatuto próprio;
- 3) assegurar aos professores, não aprovados no concurso acima referido, o direito de permanecer no Quadro Único de Pessoal, conforme o sugerido no item primeiro do presente;
- 4) criação de um Quadro Especial vinculado ao Quadro Único de Pessoal do Estado, para absorção dos serventes e outros que integrem o Quadro de Pessoal Suplementar, criado pela Lei n.º 6508.
- 5) assegurar aos integrantes do Quadro Especial, acima citado, remuneração igual ou superior ao salário mínimo vigente no Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(aa) AIRTON CORDEIRO e AUGUSTO CARNEIRO”.

Assinam este Deputado e o Deputado Ailton Cordeiro, e eu, a seguir, Sr. Presidente, passo esta tribuna ao Deputado que comigo elaborou este documento, que deverá se pronunciar também a respeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Dentro do horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Augusto Carneiro, ao apresentar a esta Casa o presente requerimento, teve a oportunidade de invocar a importância social, de que se reveste esta sugestão, encaminhada ao Sr. Governador do Estado.

E nos permitimos aqui, em nosso nome, dos autores do requerimento, formular um apelo veemente ao Governador, para que determine às Secretarias da Educação e dos Recursos Humanos, para que promovam com a maior urgência possível, os estudos, para a efetivação de aproximadamente, 15.000 servidores públicos do Paraná, hoje sem nenhuma garantia; hoje sem nenhum direito a ser resguardado, os professores suplementaristas que ainda há pouco estavam na eminência de ficar sem nenhuma aula, em decorrência do concurso de promoção, realizado recentemente.

Convém destacar também, que esta sugestão atende a aproximadamente 6.000 servidores e outros funcionários, neste quadro anômalo da Administração Pública Estadual, que é o Quadro de Pessoal Suplementar. Onde serventes humildes, pobres, percebem mensalmente Cr\$ 800,00, menos do que o salário mínimo; muitas destas serventes sem poder sequer, pagar as despesas exigidas pelo seu transporte, para chegar de sua casa, até o seu local de trabalho.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando nós lemos as diretrizes do Governo Ney Braga, nós atentamos e estudamos em conjunto, o Deputado Augusto Carneiro e eu; atentamos para a preocupação social do atual plano de Governo. E entendendo, que no elenco de medidas administrativas, de medidas legais, de medidas sociais que o Governo pode adotar, é prioritária a adoção desta medida que estamos a sugerir.

E temos aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a preocupação da imediata absorção dos professores suplementaristas, através de um quadro especial, vinculado ao quadro único de pessoal do Estado. Porque não é possível a absorção dos suplementaristas pelo regime do Estatuto do Magistério Público, porque este prevê, somente esta admissão, através de concurso público. Mas entendemos que seria profundamente desumano, oferecer só a oportunidade aos suplementaristas da prestação de um concurso público, que aqueles que não tivessem a felicidade de passar, que não tivessem a felicidade da aprovação, ficariam simplesmente desempregados e estaria criado um outro problema social.

Então, com esta sugestão nossa: do Deputado Augusto Carneiro e deste Parlamentar, após, a criação deste quadro especial, composto pelos professores suplementaristas, prevê-se aqui a instituição de um concurso público, para mediante critérios estabelecidos pelas Secretarias da Educação e dos Recursos Humanos, possibilitar o ingresso desses professores, no quadro do magistério regido pelo Estatuto próprio.

E aqueles que por qualquer questão, até por um golpe de sorte, ou de falta de sorte, não forem aprovados, então já se ofereceria a segurança de que continuariam neste quadro único especial que se sugere.

Por outro lado, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a criação de um quadro especial para absorção dos serventes e outros que integrem o quadro de pessoal suplementar, tem por finalidade restaurar o equilíbrio social que se procura implantar para os servidores do Estado do Paraná.

Esperamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que com a

sensibilidade que o marca, de homem profundamente voltado para os problemas de toda comunidade, o Governador Ney Braga determine urgentes estudos das Secretarias da Educação e dos Recursos Humanos.

E tenho também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a convicção de que esses duas Secretarias...

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... Secretarias, que pela ação de seus titulares, já deram no início do Governo uma demonstração de profunda sensibilidade humana, também, adotarão as medidas para que esta sugestão seja afinal colocada em prática. Se me permitir a Presidência da Casa, eu, com prazer, concedo um aparte ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa lembra ao nobre Deputado que o horário reservado à ARENA se encerra às dezesseis horas e três minutos.

Estará inscrito, ainda, o nobre Deputado Valduga, que usaria do tempo restante.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço, Sr. Presidente, Srs. Deputados e fica aí, então, a justificativa pela qual não concedo o aparte ao nobre Deputado Fidelcino Tolentino. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valduga.

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna apenas e tão somente para fazer uma homenagem a um companheiro nosso que já andou por estes bancos da Assembléia Legislativa; que já foi Deputado, tal qual nós somos hoje, talvez mais agressivo, talvez mais puro, talvez mais brilhante.

Alguém que, como nós, veio movido por um ideal, veio movido por amor e aqui espargiu o seu conhecimento, espargiu o fruto das coisas que colheu na sua vida.

Refiro-me ao Professor e ex-Deputado Zaqueu de Mello, que ontem, infaustamente, assim como nos reserva a todos nós a vida, um dia nos colherá do convívio e nos levará, então ao além, ao desconhecido, a Deus, à paz enfim nos levará a uma outra vida.

Então, quero neste momento, não mais que prestar uma homenagem ao eminente Professor Zaqueu de Mello, e dele dizer algumas coisas: lembro-me daquele homem agitado, inquieto, que foi o fundador do Colégio Londrinense. As pessoas que vivem no sentetério deste Estado, sabem que o foi o Colégio Londrinense; sabem que naquele tempo em que se abriu a corrida para o Norte do Paraná, muitos para lá foram em busca da fortuna, em busca de condições melhores de vida, em busca de bens materiais, e aí saiu também, no meio daquele avalanche de pessoas, um homem singular, invulgar e digno: o Professor Zaqueu de Mello.

E ele fundou o Colégio Londrinense que não é uma escola comum, onde se vende a simples mercadoria do saber, ele, ali, continuou seu ideal. Ali Zaqueu de Mello plasmou uma civilização inteira.

Temos orgulho, especialmente aqueles que residem no Norte do Paraná, da herança de cultura que recebemos; da educação que podemos dar a nossos filhos; a possibilidade que tivemos de dar, a nossos filhos, alguma coisa importante; podemos dar alguma coisa de futurista, alguma coisa de mensageiro; alguma coisa de realmente promissor.

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado Valduga, quero solidarizar-me com Vossa Excelência e dizer a esta Casa que, realmente, o professor Zaqueu de Mello foi, ao longo dos anos, um homem preocupado com a Educação do Paraná. Foi também o grande responsável pela formação de várias gerações deste Estado.

Eu, particularmente, nobre Deputado Valduga, tive a honra de ter, inclusive, pessoas de minha família que foram alunos do Colégio Londrinense, dirigido por esse eminente homem público.

E não queríamos deixar de, neste momento, prestar uma singela homenagem ao professor Zaqueu de Mello que deixou inclusive, indiscutivelmente, uma grande lacuna no Paraná, principalmente, no setor da Educação.

O SR. VALDUGA — Nobre Deputado José Tavares, sei bem o que Vossa Excelência sente e já que estamos aqui, falando sobre uma das pessoas que tantos serviços prestou ao Paraná, gostaria de pedir permissão para que prestássemos, aqui, um minuto de silêncio em homenagem àquele eminente homem público.

(É prestado um minuto de silêncio)

O SR. VALDUGA — Sr. Presidente, Srs. Deputados, não quero concluir minha homenagem a esse grande homem público, a esse grande professor, não só de nossa cidade, mas de todo o Norte do Paraná, porque, para ali acorreram pessoas de todo o Norte, sem dizer que sabemos que onde quer que ele esteja - naturalmente no Céu, porque era um homem bondoso, idealista - saiba que estamos pensando nele; que, nesta Casa onde ele lançou seus conhecimentos estão lhes prestando uma homenagem, estamos pensando nele, que sua vida não foi em vão.

E as pessoas que seguem o caminho que o professor Zaqueu de Mello seguiu, que tenham, um dia, a possibilidade de ser lembrados como ele está sendo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa consulta à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

O SR. NESTOR BAPTISTA — (Dirigindo-se à tribuna para tomar a palavra, é recebido com uma salva de palmas partida da Assistência).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — (Faz soar os Tambores).

A Mesa adverte os Senhores que se encontram nas galerias, que, a manifestação provoca ferimento do Regimento Interno que esta Casa deve manter e respeitar.

Com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os estudantes do Curso de Direito da Universidade Federal do Paraná, estão em greve!

Esgotados todos os meios de luta por seus interesses, viram que suas reivindicações só seriam atendidas, na medida em que, decretada uma greve geral, tornassem pública a grave situação que caracteriza o ensino naquela Faculdade, e em todos os cursos de nossa Universidade.

Prova disto, é a carta que enviaram ao Reitor Ociron Cunha, pedindo providências que não foram atendidas. (Lê):

“Ao Magnífico Reitor, Professor Ociron Cunha.  
Os Estudantes de Direito da Universidade Federal do Paraná, reunidos em Assembléia, Geral Extraordinária do seu Órgão de representação, Centro Acadêmico Hugo Simas, vem, mui respeitosamente à presença de V. Magnificência, expor os seguintes fatos:

- a) Considerando o iminente afastamento de diversos membros do Corpo Docente da Faculdade de Direito, o pedido de demissão dos Professores colaboradores do Departamento de Direito Privado e Direito Civil e Processual Civil, além de outras situações anômalas;
- b) Considerando que o afastamento dos Professores deverá implicar na falta de outros que os substituam, e conseqüentemente, na ausência de aulas a partir do próximo semestre impossibilitando o preenchimento da carga horária mínima estabelecida legalmente, decidiram aguardar, das autoridades universitárias competentes, até o

dia 29 de maio de 1979, a solução completa e definitiva a esses graves problemas, sem o eventual prejuízo da qualidade do ensino a ser ministrado.

A solução apresentada pelos Órgãos competentes, estará submetida à apreciação da Assembléia Geral do CAHS, no dia 30 de maio de 1979, ontem, quando os estudantes deliberarão, face à proposta apresentada.

Sem outro particular, aguardamos vossa providência.

Saudações universitárias.

Ass. JOÃO CÂNDIDO CUNHA PEREIRA FILHO

Presidente do Centro Acadêmico Hugo Simas.”

Mais adiante:

“Ao Diretor do Setor de Ciências Sociais Aplicadas, ao Coordenador do Curso de Direito, ao Departamento de Direito Civil e Processual Civil, ao Departamento de Direito Privado foram enviadas as cópias.”

Os estudantes não estão em greve porque não desejam assistir as aulas, pelo contrário, Sr. Presidente, estão em greve, porque na Faculdade de Direito não recebem aulas, e, quando recebem, com exceção de algumas Cadeiras, são aulas sem qualificação ministradas por Professores colaboradores arrebanhados com mão-de-obra barata, para cobrir os períodos letivos.

Este é um movimento justo e oportuno que se soma a todos os outros que em nosso Estado vêm deixando clara, a crise da Universidade brasileira, e, por extensão, a crise na sociedade brasileira fatigada desses quinze anos de arbítrio e violência, que denegriram todas as instituições deste País.

Nesta Assembléia Legislativa, a bancada da Oposição tem refletido todos esses movimentos.

Recentemente, vimos o retrato da crise na Universidade de Londrina, através da greve dos Docentes do Curso de Medicina; vimos o tratamento que os Reitores dão aos estudantes que reivindicam uma universidade melhor, no caso de Ponta Grossa, quando um estudante sofreu punição porque ofereceu críticas à direção daquela universidade.

Não são atos isolados. Acredito que esta greve dos estudantes de Direito, primeira, desde 1968, quando a repressão, respaldada em atos arbitrários, prendeu, cassou, torturou estudantes e trabalhadores para impedi-los de lutar por seus interesses, é um momento importante de manifestação geral que sem dúvida se vai estender a todos os lugares onde existe um certo nível de consciência e a liberdade seja conquistada na luta.

A sociedade e os estudantes, com a técnico-burocratização, perderam as condições de gerir a universidade.

Um corpo de burocratas se encastelou na universidade por um processo que privilegiou o clientelismo e o filhotismo político.

Pode-se dizer que a universidade foi privatizada pelos interesses das multinacionais e grupos econômicos. E também, pelos interesses de grupos políticos burocráticos, corruptos e incompetentes.

Este é o resultado da reforma universitária.

Temos hoje uma universidade que não serve aos interesses nacionais e populares.

Onde a política se instalou internamente, através das Assessorias de Segurança Interna, AEsas, para assegurar o mando dos incompetentes e dos obscurantistas que conspiram contra o progresso científico de nosso País.

Uma universidade de onde foram expulsos os melhores mestres para que, em seus lugares, assumissem os coniventes com o regime de força.”

Tem a palavra, o nobre Deputado Airton Cordeiro.

O Sr. Airton Cordeiro — Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede, Deputado Nestor Baptista.

Ao focalizar nesta Assembléia, um tema de muita gravi-

dade, eu diria a Vossa Excelência e à Casa, de que os problemas hoje vividos na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, vêm sendo localizados há algum tempo, mais particularmente, a partir da reforma universitária, que quase causou um processo de asfixia no Curso de Direito da nossa Universidade Federal.

E essas críticas, é bom que se diga, não são exclusivamente originárias do corpo discente. Também renomados professores da Faculdade de Direito da Universidade Federal, renomados juristas, parlamentares como nós, estão hoje a bradar pela reformulação do atual regime imposto à Faculdade de Direito e talvez caiba aqui clamarmos também pela natureza do curso jurídico, um curso eminentemente humanista.

Talvez caiba, Deputado Nestor Baptista, clamarmos pela autonomia de nossa Faculdade de Direito e esta autonomia que irá de encontro não dos anseios de estudantes e de professores só, mas de uma grande comunidade intelectual que vê, no Curso de Direito, o grande portal para abrir a perspectiva do contato permanente do estudante, aí sim, de forma singular, pelo curso que frequenta, das grandes oportunidades para identificar, para sentir, para avaliar e dimensionar também os problemas sociais da humanidade e trago a Vossa Excelência, neste meu aparte, o endosso no que toca aos reclamos dos universitários, dos acadêmicos de Direito da nossa Universidade Federal.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa invoca o Artigo 119 do Regimento Interno:

“Qualquer pessoa poderá assistir às sessões, das galerias, contanto que esteja desarmada e guarde o maior silêncio, sem dar sinal de aplauso ou de reprovação ao que se passar na Assembléia.”

Com a palavra o Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Este é o resultado da reforma universitária.

Temos hoje, uma universidade que não serve aos interesses nacionais e populares.

Onde, como dizia há pouco, a polícia se instalou, internamente, através de assessorias.

E qual o custo da transformação?

Muitos ainda afirmam que o Paraná foi uma ilha de paz e tranqüilidade nesses anos de violência. Mas, se fizermos, hoje, o balanço, veremos que em nosso Estado pagamos um preço muito alto pela resistência à opressão.

Dezenas de estudantes foram perseguidos e muitos tiveram que cumprir altas penas de prisão pelo seu comportamento patriótico.

Agora, o movimento estudantil ressurgiu ao lado de todas as manifestações da sociedade brasileira que procuram reencontrar o caminho da democracia, pede a democratização do País, e especificamente, a universidade brasileira, como forma de conduzir a instituição ao seu verdadeiro papel.

E um movimento estudantil se reorganiza, com a União Nacional dos Estudantes, UNE. Com os DCEs livres, com os diretórios que se recusam a servir os corruptos e incompetentes que dirigem nossa universidade.

A bancada do MDB, nesta Assembléia, vê com satisfação os avanços da luta estudantil e pede a este Parlamento que cumpra seu papel representando as forças vivas da sociedade que se levantam novamente no esforço para construir um País melhor, uma sociedade mais justa.

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado, vejo com imensa satisfação de que a gloriosa Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná, na qual tive a honra e o privilégio de viver, talvez, os anos mais felizes, mais fecundos de minha vida, hoje se levanta; e segundo li na imprensa e segundo noti-

cia o nobre Colega, procura melhores mestres, procura uma condição de melhores conhecimentos para isso usa de um direito sagrado, que é o direito de protesto.

Fico feliz, muito feliz com os estudantes, e congratulo-me com o nobre Deputado por levantar, desta tribuna, a questão que é da maior importância.

Esta escola que passa de meio século de gloriosas lutas e vejo que, tem no seu corpo discente aqueles mesmos amparos que são os estudantes para procurar dignificar e engrandecer a sua trajetória para procurar engrandecer a sua condição de casa de cultura.

Devo dizer que, quando li no jornal que os estudantes protestavam por melhores condições para que aí tivesse melhores professores, lembro-me como se fora eu, nos meus tempos que assim o fizemos e só posso dizer que me sinto tal qual eles.

Dáí porque meu apoio de Deputado da Aliança Renovadora Nacional; então, da mesma forma como fazem os Deputados do MDB, é integral. Contem conosco, estudantes! E continue, nobre Deputado, que é uma causa nobre, justa e alta, porque a nossa cultura deve ser preservada e quando há gente que se levanta dessa forma, nós temos que apoiar.

Muito obrigado.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte? O SR. NESTOR BAPTISTA — O seu pronunciamento engrandece este humilde pronunciamento. Pois não, nosso Líder.

O Sr. Nilso Sguarezi — Gostaria de me incorporar ao discurso de Vossa Excelência porque vejo, no exato momento, que em Salvador na Bahia, na Terra de Castro Alves, os estudantes se reúnem para terem, a nível nacional, restaurada a sua entidade de classe e sei de que o sucesso disso será transformado, quer queiram, ou quer não queiram, os donos do arbítrio, na União Nacional dos Estudantes.

E, aqui, no Paraná, veja Vossa Excelência, que o primeiro movimento grevista é detectado exatamente por aquela entidade que resistiu, por aquele Centro Acadêmico que, é verdade, sofrendo toda a sorte de pressões, com um seu Presidente curtindo anos na cadeia, com outro exilado, este Centro Acadêmico Hugo Simas é no Paraná o pioneiro em tomar agora uma atitude de coragem em uma forma reconhecida mundialmente como legítima de protestar.

E veja Vossa Excelência, que como dizem os próprios estudantes, não pretendem e não querem nada mais do que ter aulas e professores.

Por isso, eminente Deputado, acredito se deva prestar a essa entidade que foi pioneira no Paraná, o Centro Acadêmico Hugo Simas de tantas e gloriosas tradições, se deva reconhecer aqui de que se houvesse ou houvessem as entidades estudantis permanecido com a mesma estrutura, houvessem permanecido com a mesma autonomia que haviam antes de 1964, nós não teríamos verificado uma queda tão brusca no nível do ensino. Porque são os estudantes os primeiros fiscais e os primeiros interessados na qualidade do ensino.

E agora, quando estudantes se manifestam, protestam e entram em greve, não é um movimento político mas é um movimento de reivindicação de sua classe, que lhes diz respeito e lhes afeta diretamente ao aproveitamento que estão tendo na Escola de Direito.

E é de se lamentar, para nós que cursamos a Universidade Federal do Paraná, para todos aqueles parlamentares que passaram, como muitos ilustres parlamentares que aqui e que por aqui passaram, frequentaram a Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, é de se lamentar que hoje os estudantes tenham até que fazer greve para terem professores e terem aulas. Isto demonstra, de plano, o índice, o “status” a que foi relegada a Universidade brasileira, exatamente porque ao estudante lhe foi calada a voz, ao estudante não foi permitido



ao menos um protesto.

Por isso, me congratulo com Vossa Excelência e os Deputados que endossaram a posição assumida por Vossa Excelência, porque realmente é de se reconhecer que ao estudante numa sociedade pretoriana como tem sido a nossa, em que a figura do militar é preponderante, é o estudante a primeira vítima do arbítrio, mas tem sido também o estudante a primeira voz corajosa a se levantar e a protestar contra isso.

O Sr. José Tavares - Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa lamenta informar, mas Vossa Excelência tem meio minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O Sr. José Tavares - Apenas para me solidarizar com Vossa Excelência, e fazer uma indagação, de que hoje, mais do que nunca, é de se indagar quem afinal tinha razão nos embates de 67 e 68.

Os estudantes e a parcela lúcida da sociedade, que combatia e enfrentava a incompetência e a violência repressiva baseada na ignorância sofisticada que se erigiu em diretiva nacional? Ou quem sabe, os tecno-burocratas, militares e civis com seu verniz de política e ciências sociais se auto-investiram na tarefa salvacionista?

É lamentável que estudantes tenham que se reunir em greve para exigir aulas, professores e qualidade de ensino. Muito obrigado.

O SR. NESTOR BAPTISTA - Digníssimo Presidente, Srs. Deputados, muito obrigado. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de resolução de autoria da Comissão de Tomadas de Contas, constante do expediente. - Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado - Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO -- do Projeto de Lei n.º 31/78, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que cria os Distritos de Ramilândia e Diamante do Oeste, no Município de Matelândia, com divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 44/79, de autoria do Deputado TÉRCIO ALBUQUERQUE, que eleva para 15 (quinze) o número de cadeiras na Câmara Municipal de Foz do Iguaçu, para a próxima Legislatura. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. -- EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 16/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, oriundo da Mensagem Governamental n.º 30/79, que objetiva consolidar a legislação per-

tinente ao Quadro de Funcionários da Secretaria do Tribunal de Alçada, introduzindo no referido Quadro alterações julgadas necessárias. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. -

Ao referido projeto foi apresentada Emenda de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, devidamente apoiada, no seguinte teor. - (Lê):

#### "E M E N D A

Ao Projeto de Lei n.º 16/79

Acrescente-se, onde couber, o seguinte artigo e parágrafo:

Artigo... Os ocupantes de cargos das carreiras atingidas por esta lei, que não optarem pelo ingresso na nova estrutura no prazo de dez (10) dias, permanecerá na situação anterior e passarão a integrar a parte suplementar do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário,

Parágrafo único: - O disposto no "caput" deste artigo é aplicável aos não optantes pelo ingresso na nova estrutura de que trata a Lei n.º 7031, de 15 de setembro de 1978".

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1979.

(aa) PAULO CAMARGO, FIDELCINO TOLENTINO  
WERNER WANDERER, EZEQUIAS LOSSO e  
NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

Como é sabido, o Governo do Estado, a partir do segundo semestre do ano passado, vem provendo a classificação de cargos de diversos setores da Administração.

Na quase totalidade daqueles planos de lei, adotou-se como norma geral, assegurar-se aos servidores que não optaram pelo ingresso na nova estrutura, o direito de permanecer na situação anterior, cujos cargos passarão a integrar a parte suplementar do Quadro de Pessoal.

Assim aconteceu com a "Lei dos Procuradores" (Lei n.º 7074, de 02 de janeiro de 1979), cujo prazo de opção para ingresso na carreira de Procurador, começou a ser contado da publicação do Decreto n.º 6097, no Diário Oficial 458, de 03 de janeiro do corrente ano.

Da mesma maneira, a "Lei dos Engenheiros" (lei n.º 7, de abril de 1979), publicada no Diário Oficial número 537, de 30 de abril do corrente ano, prevê, em seu artigo sétimo e parágrafo único, o direito de opção pelo ingresso na nova estrutura, permanecendo os não optantes, na situação anterior, passando a integrar a parte suplementar do Quadro de Pessoal Civil do Estado.

O fato de não constar o direito de opção no presente Projeto de Lei, bem como no anteprojeto que resultou na Lei número 7.031, de 15 de setembro de 1978, deve-se a uma omissão involuntária, a qual somente não foi oportunamente corrigida nesta Casa, a pedido da Comissão formada por Assessores do Tribunal de Justiça, os quais, embora se comprometessem a resolver os prováveis pedidos, administrativamente, não o conseguiram, dando ensejo para que este Deputado, quando da tramitação do Projeto de Lei número 201/78, apresentasse emenda neste sentido, a qual, em razão de veto total, também não foi absorvida.

Considerando que não se pode negar o direito à opção pela permanência no cargo anterior, a presente emenda virá sanar a omissão verificada no presente projeto de lei, bem como equanimizar todas as situações já existentes, mandando aplicar o mesmo dispositivo àqueles servidores ocupantes de cargos das carreiras atingidas pela nova estrutura prevista pela Lei número 7031/78.

Assim procedendo, estaremos fazendo cumprir o princípio de igualdade entre todos perante a Lei, estabelecido pela Carta Magna Federal".

Em votação a Emenda. — **Aprovada.**

Em votação o Projeto. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 63/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 59/79, que objetiva criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e dá outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.R.H., por unanimidade. — **EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.**

# PROJETO DE LEI N.º 63/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica criada a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte — SECE, com a finalidade de coordenar e promover as atividades concernentes às áreas de cultura e esporte amador.

Parágrafo único. Como Secretaria de Estado de natureza substantiva, caberá à SECE, no cumprimento de suas finalidades:

I — a planificação do desenvolvimento da cultura e do esporte em todo o Estado, promovendo estudos e pesquisas destinadas à elaboração e acompanhamento de planos, programas e projetos;

II — a programação de certames e competições de esporte amador e outras formas de lazer organizado, como instrumento de realização humana;

III — a promoção e difusão da cultura em todas as suas manifestações;

IV — o estímulo, o amparo e orientação às atividades culturais e esportivas dos municípios;

V — a captação e aplicação de recursos financeiros, públicos e privados, para a criação e manutenção de bibliotecas, museus, teatros e grupos teatrais, salas de concerto, orquestras e conjuntos de música instrumental e coral e demais expressões da cultura do povo;

VI — a manutenção e ampliação do patrimônio cultural, inclusive a defesa do patrimônio histórico e artístico, pela preservação de documentos, obras e locais de valor histórico e artístico, de monumentos e paisagens naturais notáveis e jazidas arqueológicas;

VII — manter um sistema de informações relativo ao desempenho dos planos e operações concernentes às suas atividades básicas;

VIII — incentivar a organização e divulgação de estudos, pesquisas, levantamentos, relatórios e outras informações de interesse cultural;

IX — incentivar a prática do esporte e das atividades recreativas, no sentido da melhor qualidade da vida humana;

X — buscar a contínua participação da comunidade nos esforços governamentais visando a cultura e o esporte;

XI — patrocinar a edição e reedição de documentos e estudos de especial relevância para a reconstituição de eventos de notável significado cultural;

XII — conceder bolsa de estudos, auxílios e subvenções para estudo e pesquisas relacionados com o patrimônio e a memória social do Estado;

XIII — estimular e amparar a iniciativa privada, concedendo auxílios e subvenções para a realização de atividades nas áreas de atuação da SECE;

XIV — apoiar a modernização e ampliação de instalações destinadas às práticas esportivas e recreativas;

XV — desempenhar outras atividades correlatas.

Art. 2.º — Passam a integrar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, o Conselho Estadual de Cultura e o Conselho Regional de Desportos, este com a denominação alterada para Conselho Estadual do Esporte.

Art. 3.º — A Fundação Teatro Guaíra, instituída pela Lei n.º 6.049, de 03 de dezembro de 1.969, com as modificações determinadas pelo Decreto n.º 281, de 16 de abril de 1.979, passa a vincular-se à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte.

Art. 4.º — A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte obedecerá ao disposto no artigo 12 e seus incisos, da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1.974, complementada pelas unidades de nível departamental a serem definidas nos termos do artigo 15, da referida lei.

Art. 5.º — Ficam criados os cargos de provimento em comissão descritos no anexo I.

Art. 6.º — A Secretaria de Estado da Educação e da Cultura (SEEC) passa a denominar-se Secretaria de Estado da Educação (SEED).

§ 1.º — Ficam extintos a Diretoria de Assuntos Culturais e o Departamento de Educação Física e Desportos, da Secretaria de Estado da Educação, passando os respectivos acervos e dotações orçamentárias para a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, com exceção da atividade "Manutenção do Departamento de Educação Física e Desportos", código 2512.08462232.413.

§ 2.º — Os cargos de provimento em comissão integrantes da estrutura dos órgãos mencionados no parágrafo anterior, ficam transformados na forma do anexo II, e integrados na SECE.

§ 3.º — O pessoal lotado nos órgãos referidos no parágrafo primeiro permanecerá vinculado à Secretaria de Estado da Educação, ressalvada à SECE a possibilidade de requisitar o necessário às suas atividades.

Art. 7.º — Fica incluída no artigo 120 da Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, uma alínea "h" com a seguinte redação:

"H — A Biblioteca Pública do Paraná, subordinada à Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte".

Art. 8.º — Fica aberto um crédito especial no valor de Cr\$ 96.000.000,00 (noventa e seis milhões de cruzeiros) para atender as despesas de implantação da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, e realização de suas atividades no corrente exercício, de acordo com a seguinte discriminação:

Unidade Orçamentária - Gabinete do Secretário.

— Atividade Assessoramento Superior: Cr\$...

...20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros).

— Atividade Manutenção e Unidades Programáticas: Cr\$ 76.000.000,00 (setenta e seis milhões de cruzeiros).

Art. 9.º — Fica o Poder Executivo autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a proceder por Decreto às transferências dos soldos orçamentários das unidades extintas ou remanejadas, a fim de atender aos objetivos desta lei.

Art. 10 — A atividade concernente à modernização administrativa de que trata a Lei n.º 6.636, de 29 de novembro de 1974, passa a integrar a competência atribuída à Secretaria de Estado da Administração (SEAD).

Art. 11 — O Poder Executivo aprovará por Decreto o Regulamento da Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, no prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 12 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## A N E X O I

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	SÍMBOLO
01	SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA E DO ESPORTE	DAS - 1
01	DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DE ESTADO	DAS - 2
01	CHEFE DE GABINETE DE SECRETÁRIO DE ESTADO	DAS--5
04	CHEFE DE COORDENADORIA	DAS--5
04	CHEFE DE GRUPO SETORIAL	1--C
04	ASSISTENTE TÉCNICO DE GRUPO SETORIAL	2--C
01	ASSESSOR JURÍDICO	1--C
01	DIRETOR DE MUSEU	1--C
03	OFICIAL DE GABINETE	6--C

A N E X O II

SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO PROPOSTA																		
<p>a) DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS</p> <p>1 - Chefe, símbolo DAS-5</p>	<p>1 - Diretor, símbolo DAS-5 (Biblioteca Pública do Paraná)</p>																		
<p>b) DIRETORIA DE ASSUNTOS CULTURAIS</p> <table><tr><td>1 - Diretor, símbolo DAS-5. ....</td><td>1 - Chefe de Assessoria para controle de Resultados, símbolo DAS-5</td></tr><tr><td>1 - Diretor Adjunto, símbolo 1-C. ....</td><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C . . . . .</td><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Assessor Administrativo, símbolo 3-C. ....</td><td>1 - Assessor de Imprensa, símbolo 3-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento de Artes). ....</td><td>1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 1-C (Biblioteca Pública do Paraná). ....</td><td>1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico) . . . . .</td><td>1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 2-C (Museu Paranaense)</td><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 2-C</td></tr><tr><td>1 - Diretor, símbolo 3-C (Museu de Arte Contemporânea) . . . . .</td><td>1 - Assessor Técnico, símbolo 3-C</td></tr></table>		1 - Diretor, símbolo DAS-5. ....	1 - Chefe de Assessoria para controle de Resultados, símbolo DAS-5	1 - Diretor Adjunto, símbolo 1-C. ....	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C . . . . .	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C	1 - Assessor Administrativo, símbolo 3-C. ....	1 - Assessor de Imprensa, símbolo 3-C	1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento de Artes). ....	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C	1 - Diretor, símbolo 1-C (Biblioteca Pública do Paraná). ....	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C	1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico) . . . . .	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C	1 - Diretor, símbolo 2-C (Museu Paranaense)	1 - Assessor Técnico, símbolo 2-C	1 - Diretor, símbolo 3-C (Museu de Arte Contemporânea) . . . . .	1 - Assessor Técnico, símbolo 3-C
1 - Diretor, símbolo DAS-5. ....	1 - Chefe de Assessoria para controle de Resultados, símbolo DAS-5																		
1 - Diretor Adjunto, símbolo 1-C. ....	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C																		
1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C . . . . .	1 - Assessor Técnico, símbolo 1-C																		
1 - Assessor Administrativo, símbolo 3-C. ....	1 - Assessor de Imprensa, símbolo 3-C																		
1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento de Artes). ....	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C																		
1 - Diretor, símbolo 1-C (Biblioteca Pública do Paraná). ....	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C																		
1 - Diretor, símbolo 1-C (Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico) . . . . .	1 - Diretor de Museu, símbolo 1-C																		
1 - Diretor, símbolo 2-C (Museu Paranaense)	1 - Assessor Técnico, símbolo 2-C																		
1 - Diretor, símbolo 3-C (Museu de Arte Contemporânea) . . . . .	1 - Assessor Técnico, símbolo 3-C																		

Ao Departamento Legislativo

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 63/79

## PARECER:

O Poder Executivo, por intermédio do Projeto de Lei n.º 63/79, inicia o procedimento legislativo com a finalidade de criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, encarregada de coordenar e promover as atividades concernentes às áreas de cultura e esporte amador.

Além de enumerar os objetivos do órgão, o projeto dispõe sobre a transferência de repartições hoje integrantes da estrutura organizacional da Secretaria da Educação e Cultura, e cria e transforma cargos, e abre um crédito especial para atender as despesas de implantação e início das respectivas atividades, capeando anexos indicativos da escala de cargos.

A iniciativa encontra guarida em dispositivos constitucionais expressos e incontroversos, e seu articulado obedece as regras da boa técnica legislativa.

Todavia, o projeto não se faz acompanhar de exposição de motivos, no contexto da Mensagem Governamental, de legislador atento pudesse conhecer os fundamentos e as razões de certos comandos legais, não apenas para fortalecer sua convicção, mas inclusive para oferecer possíveis contribuições ajustes. É o caso particular do organograma da futura Secretaria, que teria o condão de expressar graficamente a disposição dos diversos setores, e oferecer uma idéia concreta daquilo que se está criando. É verdade que o projeto deixa entrever que lacuna apontada será suprima na elaboração do decreto regulamentar, embora confirme a carência de elementos justificativos.

No entanto, como já se assinalou, a medida é constitucional e legal, e por isso, nosso parecer é Favorável.

Sala das Comissões, em 23 de maio de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Luiz Alberto Oliveira,  
Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS  
PROJETO DE LEI N.º 63/79

## PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 59/79, de 16 de maio de 1979, objetiva o presente projeto de lei criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, com a finalidade de coordenar e promover as atividades concernentes às áreas de cultura e esporte amador.

Diante disto, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, favoravelmente ao mesmo.

Nestas condições, pela sua Aprovação é o nosso Parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1979.

(a) Wilson Fortes, Presidente e Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N.º 63/79

## PARECER:

O presente plano de lei, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 59/79, encaminhando a este Poder, para os fins constitucionais, anteprojeto de lei objetivando criar a Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte - SECE, com a finalidade de coordenar e promover as atividades concernentes às áreas de cultura e esporte amador.

Referida matéria já mereceu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao aspecto financeiro, objeto de estudo nesta Comissão, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é pela Aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de maio de 1979.

(aa) Aguinaldo Pereira Lima, Presidente; Gilberto Carvalho,  
Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/78, de autoria do Deputado Francisco Escorsin, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI, com sede e foro na cidade de Ubatã. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N.º 144/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E INFÂNCIA — APMI, com sede na cidade de Ubatã.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de junho de 1978.

(a) FRANCISCO ESCORSIN

## JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância APMI, fundada em 25 de junho de 1970, tem como finalidade a assistência à maternidade e à infância em geral, velando pela saúde, o bem estar e as necessidades da criança e da gestante, conforme consta de seu estatuto em anexo.

É uma obra de largo aspecto social, que há oito anos vem prestando serviços inestimáveis à sociedade.

Consideramos uma medida justa, a aprovação do projeto em pauta.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N.º 144/78

## PARECER

O projeto de lei em pauta, de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin, já tramitou anteriormente por esta Comissão de Constituição e Justiça, tendo sido, na oportunidade, convertido em diligência, para que fosse cumprido o requisito estabelecido através do Item III, do Art. 1.º da Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978.

Cumprida a finalidade solicitada, e não havendo qualquer óbice de natureza constitucional ou legal que se lhe possa antepor, somos pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Luiz Alberto Oliveira,  
Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 14/79, de autoria do Poder Executivo, oriundo da Mensagem Governamental n.º 24/79, e que o autoriza a reverter ao Município de Cascavel, mediante doação, área de terras com 6.015 m2, denominada lote 5-D, da Quadra D, do loteamento Adriana, no referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI N.º 14/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Cascavel, uma área de terras contendo 6.015 m2, denominada lote 5-D, (cinco "D"), da quadra "D", do loteamento Adriana, da cidade de Cascavel, área essa adquirida pelo Estado do Paraná do referido Município, por escritura pública de doação lavrada no Livro 155 JB., fls. 095, matrícula 750, do Cartório do Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 14/79

## P A R E C E R:

Trata o presente projeto, oriundo da Mensagem Governamental nº 24/79, que visa autorizar o Poder Executivo fazer reverter, mediante doação ao Município de Cascavel, uma área de terras contendo 6.015 m<sup>2</sup>, denominada lote 5-D, da Quadra D, do loteamento Adriana, do referido município.

Não há dúvida de que a mensagem governamental consubstancia matéria de relevante interesse público, não ferindo qualquer dispositivo legal ou constitucional, razão pela qual não poderíamos opinar senão pela Aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07 de maio de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente, Luiz Alberto Oliveira,  
Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 26/79, de autoria do Deputado Mário Celso, que declara de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol de Salão, com sede e foro em Curitiba, como especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

## PROJETO DE LEI Nº 26/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

## D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FEDERAÇÃO PARANAENSE DE FUTEBOL DE SALÃO, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1979.

(a) MÁRIO CELSO

## JUSTIFICATIVA:

A Federação Paranaense de Futebol de Salão, exerce as suas atividades segundo o disposto no seu estatuto, e leis emanadas dos órgãos hierarquicamente superiores, e tem por fim dirigir o futebol de salão no Estado do Paraná, promover a realização de campeonatos, torneios e competições, incentivar, por meio de processos educativos e compatíveis, como fundamento de atividades institucionais, a cultura moral, cívica e intelectual, sobretudo no meio das gerações mais novas.

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, vem há mais de um ano prestando relevantes serviços à comunidade, de forma desinteressada. O corpo diretor da referida Federação não percebe qualquer tipo de remuneração.

Assim sendo e tendo em vista a pretensão, preenchendo os requisitos legais, apresentando o presente projeto de lei à consideração de nossos ilustres Pares, esperando se lhe dê o necessário apoio e aprovação final.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 26/79

## P A R E C E R:

De autoria do nobre Deputado Mário Celso, o presente Projeto de Lei nº 26/79, tem por finalidade declarar de utilidade pública a Federação Paranaense de Futebol de Salão, com sede e foro em Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é Favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de maio de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Ailton Cordeiro, Relator  
1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 32/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 33/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública e os Municípios de Mariópolis, Cambará, Terra Roxa e Ortigueira, objetivando o fornecimento de equipamentos para as Delegacias de Polícia locais. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 41/79, de autoria da C.C.J., oriundo da Mensagem Governamental nº 01/79, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de Atalaia e Presidente Castelo Branco, objetivando execução de obras de combate à erosão urbana nas sedes dos referidos municípios. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Senador Rubens de Mello Braga. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Luiza Gaspari, ocorrido em União da Vitória.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Wilson Fortes, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dorival Peron, ocorrido na cidade de Paranavaí. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Elísio constante do expediente, solicitando voto de regozijo aos Srs. Presidente da República e Ministro do Interior, bem como aos Srs. Saul Raiz e Lubomir Antônio Ficinski, pelas indicações destes dois para comporem o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, com o apoio dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lizymaco Franco Ferreira da Costa. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, com o apoio do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Professor Zaqueu de Mello, ocorrido na cidade de Londrina. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no sentido de que seja proposto ao Poder Legislativo a alteração da organização e divisão judiciária, com a conseqüente criação dos Distritos Judiciários de Entre Rios, Iguaporã, Novo Três Passos e outros, no Município e Comarca de Marechal Cândido Rondon. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao estudante Aldo Medeiros, extensivo aos demais membros eleitos, pela sua eleição à Presidência do Diretório Central de Estudantes da Universidade Católica do Paraná. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da TELEPAR, visando a instalação de um Canal de Telex na COPACOL, com sede em Cafelândia. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao



Sr. Secretário da Educação, no sentido de que seja determinado a construção de um poço artesiano para atender as necessidades de abastecimento de água no Colégio Agrícola Estadual "Getúlio Vargas", da cidade de Palmeira. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Conselho Nacional do Petróleo, no sentido de que sejam proibidas em todo o País as gincanas automobilísticas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que determine ao DETRAN, sejam baixadas normas proibindo a realização de gincanas em todo o Estado. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, bem como ao Sr. Secretário da Justiça e ao INCRA, encarecendo a imediata intervenção no caso possessório que envolve mais de 80 famílias, ameaçadas de despejo, localizadas na chamada Fazenda Santa Madalena, no Município de Wenceslau Brás. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de providenciar a construção de uma ponte, na corredeira do porto de Marolo, ligando os Municípios de Grandes Rios e Jardim Alegre. - Em discussão.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Para discutir.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor do DETRAN, encarecendo o imediato afastamento do Sr. Valfrido Takarski, chefe da CIRETRAN de Campo Mourão. Em discussão. - Em votação.

O SR. AUGUSTO CARNEIRO - (Para encaminhar) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Peço a palavra para encaminhar a votação do requerimento do nobre Deputado Darcy Deitos, e, de início, tenho a dizer que concordo com o requerimento formulado pelo nobre Deputado, que, no meu entender, tem a intenção de zelar pela ordem e pelo bom serviço da CIRETRAN em Campo Mourão, pedindo o afastamento do Chefe daquela CIRETRAN.

Porém, devo dizer que no dia de ontem, por portaria do Diretor do DETRAN de nosso Estado, o referido Chefe da CIRETRAN de Campo Mourão já foi suspenso, cuja portaria diz: "A partir desta data, Walfrido Tocarski, funcionário da Prefeitura Municipal, à disposição deste Departamento, suspenso das funções de chefe da 8ª CIRETRAN com sede em Campo Mourão, enquanto perdurar a sindicância".

Foi determinada uma sindicância, para que se comprove as irregularidades que estão se apregoando, que lá se cometeram.

Não poderia este afastamento ser de forma definitiva porque ainda provas concretas não existem. Então, o afastamento se deu temporariamente, enquanto perdurar a sindicância e, configuradas as provas dessa sindicância, ele será definitivamente afastado das funções.

Diante disto, apelo ao bom senso do Deputado Darcy Deitos, que tem demonstrado zeloso da ordem e da tranqüilidade, e procurando zelar também pela vivência do povo da nossa região.

Apelo a ele que retire, porque considero prejudicado no momento o requerimento formulado pelo nobre Deputado, pois o requerimento pede a suspensão, e o Chefe da CIRETRAN de Campo Mourão já se acha, desde ontem, suspenso.

Solicito ao nobre Deputado que retire o seu requerimento. - (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Continua em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS - (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diante das luzes trazidas pelo eminente Deputado Augusto Carneiro, com quem tenho a honra de representar o povo de Campo Mourão, nesta Casa, quando Sua Excelência nos afirma que foi expedida uma portaria que afasta o Sr. Valfrido Tocarski, Chefe da CIRETRAN daquela cidade, nos satisfaz em parte, nesta oportunidade. O que nos leva a retirar o nosso requerimento.

Mas, nos reservamos o direito de, que assim que for concluída a sindicância do CIRETRAN de Campo Mourão, entraremos com outro requerimento pedindo a demissão, em definitivo do Chefe da CIRETRAN, porque são inúmeras as denúncias de irregularidades ali praticadas, tais como emissão de carteiras de motorista com visto de origem, carteira de motoristas frias, bem como placas duplas, conforme denúncia formulada na Câmara Municipal de Campo Mourão, pelo eminente Vereador do MDB, José Pedroso Fábio, que no dia 23 de maio do corrente, pediu esclarecimentos àquela Chefia, pelo fornecimento de placas em mais de dois veículos.

Oportunamente voltarei a tratar desse assunto, assim que essa sindicância for concluída, e espero que esse cidadão seja demitido, em definitivo, para o bom nome do DETRAN do Paraná.

Peço portanto, Sr. Presidente, a retirada desse requerimento. - (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e retira o requerimento.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Bufara, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Dr. Douglas Haquim, titular da Delegacia de Costumes, pelo seu trabalho à frente dessa especializada. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de pedido de informações a respeito de quais os municípios-sedes de Comarca que não contam com Delegacias de Polícia de Carreira. - Em discussão.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Fabiano Braga Côrtes) Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COPEL, no sentido de proceder a eletrificação no Distrito de São Izidoro e Barra Bonita, Município de Catanduvas. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dácio Leonel, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, acompanhado de abaixo-assinado, reivindicando a retificação e pavimentação da estrada do Cerne. - **Aprovado.** - Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, lido da tribuna, solicitando voto de protesto ao DNER, pela reiterada omissão e descaso em proceder o alargamento das pontes da BR-277. - Em discussão. - Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS - Para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Com a palavra, para encaminhamento de votação, o Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, queremos dar o nosso apoio total ao requerimento formulado pelo eminente Deputado Nilso Sguarezi, mas, Sr. Presidente, acontecem certas coisas quase que diariamente, não só no Estado do Paraná, mas neste imenso Brasil.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, quando ainda fazia parte desta Assembléia Legislativa o eminente Deputado Luiz Carlos Zuk, por muitas e muitas vezes aquele Parlamentar ocupou a tribuna desta Assembléia, sempre abordando com veemência, com inteligência e com eficácia este problema das pontes da BR-277, e também, porque não dizer da duplicação Curitiba - Ponta Grossa, Sr. Presidente.

Naquela oportunidade nós procuramos somar as nossas palavras, os nossos esforços, aos do eminente ex-Deputado Luiz Carlos Zuk. Nada adiantou, Sr. Presidente, eles foram totalmente vãos. E os acidentes continuaram. As mortes continuaram. Aí está mais uma prova evidente, Sr. Presidente, recentemente tivemos o mais grave dos acidentes daquela BR, com a morte de 38 pessoas. E por culpa de que? Por culpa da Assembléia Legislativa? Por culpa do DNER?

Fica a nossa indagação, Sr. Presidente. Este problema já foi por demais abordado por esta Casa, não só agora, neste momento, em que ocorreu um acidente tão grave, mas em outras oportunidades, quando prevíamos tais acontecimentos.

E eu digo a Vossa Excelência, Sr. Presidente, que há um rio que não foi lembrado pelo eminente Deputado Nilso Sguarezi, rio este que já é denominado Rio das Mortes, porque é o local onde morrem mais motoristas, mais passageiros que trafegam por aquela estrada, ali junto à Guarapuava, a quilômetros de Guarapuava, na BR-277. Lá há o Rio das Mortes.

Sr. Presidente, até onde iremos? Até onde irá o silêncio do DNER? Até onde irá a omissão do DNER? Será que ele não tem conhecimento do que está ocorrendo? Será que é preciso que a Assembléia, todos os dias, todas as semanas, faça requerimentos, faça pronunciamentos para que sejam tomadas as devidas providências, para que morram menos pessoas naquela BR?

Parabenizo-me com o Deputado Nilso Sguarezi, eu que também resido naquela região, que trafego todas as semanas, amanhã ainda passarei por lá, também eu corro este risco todas as semanas com minha família.

Por isto, apelo aqui ao bom senso do DNER para que

tome, de imediato, as providências necessárias, para que seja sanado, de vez por todas, este problema de acidentes fatais como este último e tantos outros que já aconteceram naquela BR.

Parabenizo-me com o Deputado Nilso Sguarezi. Deputado, Vossa Excelência merece o meu apoio quanto ao seu requerimento.

Quero aqui também, Sr. Presidente, conforme eu dizia no início do meu pronunciamento, que acontecem tantas coisas neste Paraná, dizer que ontem ainda, deparamos com um caso que até não deveria ser trazido a esta Assembléia Legislativa, mas que nós temos a obrigação, nós que representamos a comunidade, temos a consciência e o dever de trazer aqui também este problema.

Vimos ontem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no Estádio Couto Pereira, no estádio do Curitiba Futebol Clube, o povo, os associados, aqueles que gostam e que são amantes do esporte, serem roubados e assaltados ao pagarem Cr\$ .. 200,00 por ingresso numerado.

Aonde está a Federação Paranaense de Futebol, onde está o Presidente que permite um assalto, um roubo à população, àquele que vai ao estádio para prestigiar o seu clube de preferência, ou que vai ao estádio porque é um amante do futebol?

São coisas também, Sr. Presidente, que nos preocupam, como nos preocupa sobremaneira o problema do alargamento da ponte da Rodovia BR-277, e a ligação Curitiba - Ponta Grossa.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação.

**Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Airton Cordeiro e Augusto Carneiro, lido da tribuna, solicitando o envio de sugestão ao Sr. Governador do Estado, objetivando promover estudos necessários visando a efetivação de professores suplementaristas e serventes que prestam serviços ao Governo do Estado, sob o regime da Lei número 6508/73. — Em discussão.

O SR. NILSO SGUAREZI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Para discutir, adia-se para a próxima sessão, na forma do art. 150 do Regimento Interno.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 1.º, sexta-feira, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada anteriormente.

Levanta-se a Sessão.